

NEGÓCIO EM FASE DE CONCLUSÃO

AAA vende 49% das acções no Standard Bank

BANCA. Fontes do VALOR afirmaram que a negociação da venda do capital que a seguradora AAA detém no banco sul-africano envolveu inicialmente vários interessados, incluindo o chairman do Atlântico Carlos Silva, mas o negócio deve fechar com a empresa Inpal. **Págs. 4-9**



FRANCISCO VIANA

“O Estado devia encerrar bancos”

O investimento privado é uma das principais vítimas da crise, mas há quem admita também a existência de malfeitores que estão a arrastar o país à falência. O presidente da Associação dos Empresários de Luanda denuncia “máfia” das divisas. **Pág. 9**



496,2 MIL TONELADAS

Pesca cresce 12%

A captura de peixe registou um crescimento de 12,2% em 2015, números que permitiram o aumento do consumo per capita para acima dos 22%. A média de consumo de peixe por habitante passou de 18 para 22 quilos por ano. **Pág. 11**

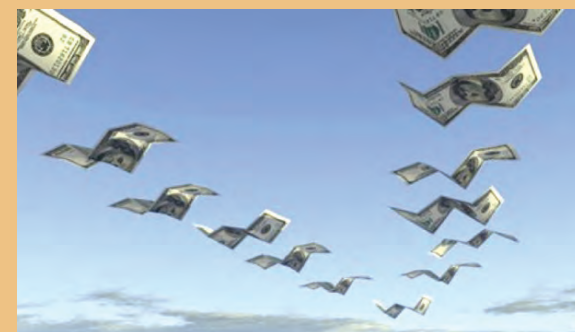
SINDICATOS CONTESTAM LGT PODE SER ALTERADA

A Lei Geral do Trabalho pode ser alterada, antes mesmo de cumprir um ano, desde que foi aprovada. Os sindicalistas continuam a contestá-la, por “violar direitos dos trabalhadores”, e o pedido de revisão deve entrar a qualquer altura no Tribunal Constitucional. **Pág. 22**

ORDEM PRESIDENCIAL IGNORADA DESDE 2010

Incumprimento de decreto permite sangria de divisas

O decreto presidencial 265/10 de 2010 orientava a criação de um sistema integrado que seria fiscalizado pelo MINCO, mas os incumprimentos das instituições integrantes, incluindo do BNA, continuam a permitir a saída descontrolada de centenas de milhões de dólares. **Págs. 14 e 15**



Moedas AKZ USD 166,7 KZ (+0) ▲ EUR 191,4 (+3,4) ▲ LIBRA 243,02 (+1,22) ▲ YUAN 25,6 Kz (+0,08) ▲ RAND 11,44 Kz (-0,06) ▼

Descarregue a App

Visite o website: www.valoreconomico.co.ao



Prisão aos mafiosos

José Eduardo dos Santos exonerou José Pedro de Moraes do BNA, com este a completar um ano e dois meses de mandato. Foi uma decisão inesperada, entre outras explicações, porque a estabilidade institucional do banco central, no limite, é um factor de credibilidade do próprio sistema financeiro. Esperava-se assim por uma explicação oficial que esclarecesse a decisão do Presidente. Não houve. Houve sim, mas uma desculpa, como se confirmou pouquíssimo tempo depois. A informação oficial foi de que José Pedro de Moraes teria saído a seu pedido. Como é habitual, o Governo preferiu ocultar o que tornou JP Moraes 'indesejável', no controlo da caixa forte do país. Todavia, o que se preferiu camuflar dos comunicados oficiais saiu em formato de discurso pela voz do próprio chefe do Executivo. Ao comunicar à nação, pouco depois de colocar Valter Filipe da Silva no BNA, afirmou que existiam práticas no banco central que lesavam os interesses do país e das famílias. Os receios acabaram confirmados, ainda que sem um facto concreto que se apontasse ao ex-



-governador. A mensagem era clara. A gestão de José Pedro de Moraes seguramente tinha sido ruidosa e ruína. As palavras que se seguiram, na altura, do novo responsável do banco central confirmam isso em parte. Mal tomou posse, Valter Filipe, mais palavra menos palavra, declarou que se precisavam mudanças que restituíssem ao BNA o seu papel de garante da estabilidade do sistema financeiro e, por arrasto, da economia. A avaliação diagnóstica ao sistema do novo governador estava assim, em primeiro lugar virada para dentro. Fez, no fundo, uma espécie de autocritica que, em rigor, não pesava propriamente sobre si, porquanto mal conhecia ainda os quatro cantos da casa.

Passados dois meses, o governador volta a falar e, desta vez, aponta o dedo para fora.

Dirija-se directamente aos bancos comerciais e exige-lhes ética. É como diz a sentença popular: 'para bom entendedor meia palavra basta'. Na banca há uma máfia instalada. Uma máfia que, como lembra Francisco Viana que preside à Associação dos Empresários de Luanda, está a arrastar o país para o abismo. Uma máfia que, sem pejo, compra o dólar no BNA abaixo dos 167 kwanzas e coloca-o à venda, na rua, acima dos 500 kwanzas. Uma máfia que lucra desenfreadamente à custa de sangue. Porque o abismo para o qual ajuda a arrastar o país leva consigo milhões de angolanos, incapazes de resistir à pressão da fome, mais do que agravada.

E a solução? Mais uma vez voltamos a Francisco Viana. Pelos pronunciamentos do PR e do governador do BNA, entende-se que os mafiosos estão identificados, logo são conhecidos. E o lugar de mafioso é na cadeia. O que está em causa é sério de mais para ser tratado com ralhetes e críticas indirectas, no espaço público. É caso para denúncias do regulador e para a Procuradoria Geral da República e a Polícia Nacional se colocarem no terreno. Angola está de rastos, mas é possível levantá-la. Definitivamente, não é o fim da picada. Só não se pode adiar as soluções por mais tempo.



FICHA TÉCNICA

Director-Geral:

Evaristo Mulaza

Directora-Geral-Adjunta:

Geralda Embaló

Editor Executivo: António Nogueira

Editor gráfico e chefe de produção: Pedro de Oliveira

Redacção: António Miguel, Edno Pimentel, Emídio Fernando, Isabel Dinis, José Zangui, Nelson Rodrigues e Valdimiro Dias

Secretária de Redacção: Lúcia de Almeida

Fotografia: Manuel Tomás, Mário Mujetes e Santos Samuessa

Paginação: Francisco de Oliveira, João Vumbi e Edvandro Malungo

Colaboradores: Cândido Mendes

Produção gráfica: Notiforma SA

Propriedade e Distribuição: GEM Angola Global Media, Lda

Tiragem: 4.000 **Nº de Registo do MCS:** 765/B/15

GEM ANGOLA GLOBAL MEDIA, LDA Administração:

Geralda Embaló e Evaristo Mulaza

Departamento Administrativo: Jessy Ferrão, Nelson Manuel e Valdimir de Almeida

Departamento comercial: Arieth Lopes, Geovana Fernandes e Mariquinha Rego

Tel.: +244941784790-(1)-(2)

Nº de Contribuinte: 5401180721; **Nº de registo estatístico:** 92/82 de 18/10/82

Tel.: +244 936272323

Endereço: Rua Fernão Mendes Pinto, nº 35, Alvalade, Luanda/Angola, Telefones:

+244 222 320510, 222 320511

Fax: 222 320514

A semana

02

3 PERGUNTAS A...



Licínio Contreiras

Quais são os objectivos do programa 'Feito em Angola'?

O programa procura, por um lado, educar os consumidores nacionais a preferir o que é nosso, o que é feito em Angola e, por outro lado, sensibilizar os produtores nacionais a produzirem mais e melhor, unindo-os em torno de uma mesma marca. O 'Feito em Angola' deverá ser sinónimo de qualidade e de orgulho nacional.

Que dificuldades tem enfrentado?

Uma das condições para um produto aderir é a contabilização de um valor Acrescentado Nacional de pelo menos 50%. A falta de contabilidade analítica tem sido a principal dificuldade para as empresas provarem esta condição.

E os benefícios?

Já começámos a trabalhar para aumentar os benefícios para as empresas aderentes, que além da publicidade institucional feita gratuitamente, também há a preferência das compras do Estado, a participação em condições privilegiadas em feiras e outros certames institucionais, bem como o acesso aos pacotes do INAP-PEM e a rede de contactos disponíveis.

TERÇA-FEIRA

A Ibéria, companhia aérea espanhola, anunciou a suspensão, a partir de Junho, das ligações entre Luanda e Madrid por falta de passageiros. A informação foi avançada pelo representante da empresa, em Angola, Joy Kupuyi.

QUARTA-FEIRA

O comércio entre Angola e a China registou uma queda de 40%, no primeiro trimestre de 2016, em comparação o mesmo período de 2015. As trocas atingiram os 3,45 mil milhões USD, menos 2,23 mil milhões que nos três primeiros meses de 2015.

QUINTA-FEIRA

As casas de compra e venda de diamantes ilegais estão a incentivar a imigração ilegal na Lunda-Norte, denunciou o director do gabinete de estudos, informação e análise do comando provincial da Polícia Nacional, superintendente-chefe, Leonardo Bernardo.



SEXTA-FEIRA

O Museu Nacional da Moeda, uma iniciativa do BNA, foi inaugurado pelo Presidente da República. O museu apresenta a história da moeda angolana, desde o zimbo, sal, cobre, passando pelo calis, o pano, macuta, escudo, angolar até chegar ao kwanza.



SÁBADO

Aproximadamente 400 milhões de dólares foram investidos na edificação de uma nova fábrica de tecidos, designada Satec, no Dondo, Kwanza-Norte, no âmbito de uma parceria público-privada, revelou o responsável pela empreitada, Matos Cardoso.



DOMINGO

Chega ao Aeroporto Internacional de Luanda, o Iona, o novo Boeing 777-300ER da TAAG, proveniente de Seattle, EUA. Trata-se da recepção da sétima aeronave, das oito previstas, desde a aquisição, em Junho de 2011, do primeiro avião deste modelo.



COTAÇÕES



DESEMPREGO E INDÚSTRIA EXTRATIVA TRAVAM BOLSAS

Os mercados europeus fecharam a semana em terreno negativo arrastados pela tendência asiática seguida à publicação da baixa de interesse da China em minérios estratégicos. O DAX alemão e a bolsa mexicana foram as exceções com ganhos de 0,24% e 1,15%. O S&P 500 dos EUA fechou em baixa depois de uma forte queda do sector energético, após a publicação de dados negativos sobre a criação de emprego no país.

PSI 20	5.007,10	-29,93	-0,59%
DAX Futuros	9.880,8	+51,8	+0,53%
CAC 40	4.299,30	-20,16	-0,47%
IBEX 35	8.710,50	+21,10	+0,24%
S&P 500 Futuros	2.036,75	-7,25	-0,35%
Dow 30 Futuros	17.537,0	-37,0	-0,21%
Índice Dólar	93,69	-0,04	-0,04%
Índice Euro	89,86	+0,09	+0,10%

PSI 20	5.007,10	-29,93	-0,59%
DAX Futuros	9.880,8	+51,8	+0,53%
CAC 40	4.299,30	-20,16	-0,47%
IBEX 35	8.710,50	+21,10	+0,24%
S&P 500 Futuros	2.036,75	-7,25	-0,35%
Dow 30 Futuros	17.537,0	-37,0	-0,21%
Índice Dólar	93,69	-0,04	-0,04%
Índice Euro	89,86	+0,09	+0,10%

PETRÓLEO MANTÉM-SE ACIMA DOS 45 USD POR BARRIL

O PSI20, que tinha fechado com ganhos ligeiros apoiados pelos resultados da EDP e da Jerónimo Martins, acabou a semana no 'vermelho', antecipando a nota negativa da agência Moody's sobre as perspectivas da economia portuguesa. O Brent estabilizou nos 45 dólares depois de no princípio da semana corrigir em cerca de quatro pontos percentuais, os ganhos da semana passada em que a marca de 50 dólares por barril foi ultrapassada pela primeira vez desde o início do ano passado.

Observatório

EMPRESÁRIOS IDENTIFICAM MALES QUE PERIGAM NEGÓCIOS EM ANGOLA

As ameaças ao investimento privado

NEGÓCIOS. Apesar da revisão da lei e várias de discussões posteriores, o ambiente de negócio em Angola continua a afugentar investidores. Várias associações apontam a falta de financiamento, de infraestruturas, de “legislação favorável” e a burocracia na administração pública como factores que perigam o futuro do empresariado nacional.

Por Nelson Rodrigues

As condições de realização de negócio em Angola continuam a ser das mais difíceis do mundo e por isso têm impedido a entrada de novos capitais à economia, quer de investidores nacionais quer de estrangeiros, afirmam diversos empresários. Opinião que contrasta com a do ministro das finanças que, na conferência de lançamento do VALOR, respondeu às críticas com o peremptório

“Angola continua a ser um dos mercados com mais elevada rentabilidade”. Ainda assim, as críticas recorrentes às ‘barreiras’ prevalecem, sendo o desinvestimento muitas vezes a solução encontrada por investidores.

Uma consulta do VALOR a associações empresariais e a várias entidades económicas apontam para existência de seis factores de risco e que ameaçam o futuro investimento privado no país. Arrumados por grau de dificuldade, a falta de financiamento, a inexistência de infraestruturas e a lei de investimento privado estão no topo da lista de reclamações entre os investidores nacionais.

Seguem-se os problemas com

obtenção de vistos, para, em muitos casos, a contratação de formadores e técnicos da indústria, a corrupção e o excesso de burocracia no funcionamento da administração pública, este último que, na visão do líder da Associação Empresarial de Luanda, tem influência sobre os outros factores.

Ou seja, nem sempre o atraso com o financiamento do banco e com a emissão de visto de trabalhos é da responsabilidade das entidades às quais são solicitados os documentos. Podem estar associados à burocracia dos serviços da administração pública, segundo Francisco Viana, o líder associativo dos empresários de Luanda.

CONTINUA NA PÁG. 6



Os maiores investidores privados

Com um investimento avaliado em 5 mil milhões de dólares, a empresa angolana, “organizações Ribeirinho”, destacou-se como o maior projecto privado a passar pela antiga ANIP, agora designada APIEX, em 2015.

O investimento em causa destina-se à construção de 60 mil casas sociais em oito províncias do país, sendo que, para a materialização

do projecto, a ser implementado em 15 anos, a empresa conta com um financiamento proveniente do Canadá.

O projecto promete empregar pelo menos 14 mil angolanos e 6 mil expatriados.

O VE não pôde apurar os dados relativos aos maiores projectos privados aprovados em 2014, no País, por insuficiência de informação ofi-

400

Milhões de dólares, investimento estrangeiro directo nos petróleos em 2013.

O ministro das Finanças, Armando Manuel, na conferência de lançamento do VALOR, respondeu às críticas com o peremptório “Angola continua a ser um dos mercados com mais elevada rentabilidade”.

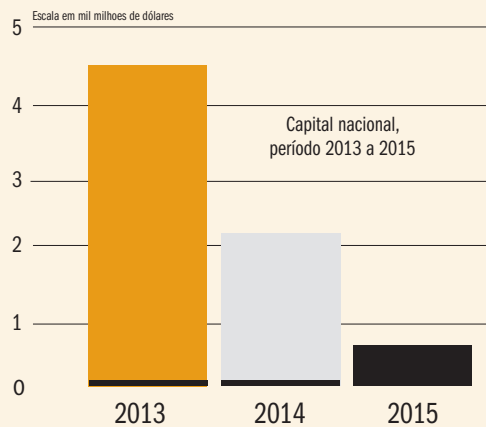
O degrau dos investimentos



Volume do capital nacional

6,5

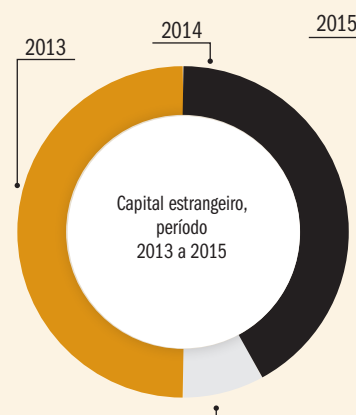
Mil milhões USD cooresponde ao total dos recursos de de investidores privados nacionais, no período entre 2012 e Agosto de 2015.



Volume do capital estrangeiro

5,07

Mil milhões USD. corresponde ao montante investidos por empresários estrangeiros, entre 2012 e Agosto de 2015.



cial, por parte da antiga ANIP que desactivou a sua base de dados da internet, desde que foi extinta.

No entanto, foi possível aferir que, no ano de 2013, figuraram da lista dos principais investidores privados empresas nacionais como a Unitel, com 1,9 mil milhões de dólares, a Cimenteira do Kwanza-Sul (907,9 mil

milhões de dólares) e a Biocom, com investimentos na ordem dos 451,7 milhões de dólares.

Ainda naquele ano, o investimento directo estrangeiro, destinado a projectos do sector petrolífero, atingiu 400 milhões de dólares. No entanto, o volume total de investimentos, nessa área, rondou os 2,6 mil milhões de dólares no mesmo ano.

Em relação a origem dos investimentos, a lista de maiores investidores foi dominada por países como a Nigéria, Gana, África do Sul, Senegal, Egipto e Marrocos, no continente africano. Já em relação aos outros continentes, destacaram Portugal (Europa), China (Ásia), Estados Unidos e Brasil (Américas).



Observatório

CONTINUAÇÃO DA PÁG. 4

“Muitas vezes os empresários perdem os financiamentos não é por falta de garantias reais, mas, sim, por morosidade da administração pública. Assim, o empréstimo não sai”, queixa-se o empresário. Se para o nacional o ambiente de negócios é difícil, para o investidor estrangeiro não é diferente. Vários já são os empresários que, pelas condições da legislação aplicável ao investimento privado, estão a deixar o país, conforme confirmou ao VALOR Pedro Godinho, presidente executivo da Câmara de Comércio Estados Unidos da América-Angola (USACC), dando exemplos do sector petrolífero.

“Um dos nossos membros declarou ter acima de dois mil milhões de dólares para investir em campos petrolíferos marginais em Angola. Mas diz que os tem guardados porque está à espera da revisão da lei. Caso essa revisão não seja feita, o dinheiro vai ser aplicado noutra parte do mundo”, revela Pedro Godinho, acrescentando que está em curso a revisão de uma legislação específica aplicável ao sector petrolífero.

“Tomámos conhecimento que se está a trabalhar na revisão dos termos contratuais, por via de um decreto, e que precisa de ser aprovado a nível da Assembleia Nacional, para facilitar e estimular os investimentos”, disse o CEO da USACC.

QUEIXAS DE TODOS OS LADOS

Os empresários não são os únicos a darem nota negativa ao ambiente de negócio em Angola. As queixas têm origem em várias entidades interessadas na economia angolana e mundial, no geral, como é o caso do Banco Mundial, que, no seu relatório ‘Doing Business’ consistentemente coloca Angola entre os piores do ranking.

De acordo com o último relatório, Angola é o 181º país do mundo, num

181

de 189 países no ranking que avalia o ambiente de negócios

grupo de 189, com o pior ambiente de negócios, mantendo o lugar do ano anterior. A avaliação reflete, em dez critérios, as facilidades e dificuldades enfrentadas por pequenas e médias empresas da principal cidade do país, Luanda.

Dos critérios de avaliação do relatório, figuram aspectos como protecção de investidores minoritários, obtenção de licença de construção, início de um negócio e o pagamento de impostos. A resolução de falências e as dificuldades de acesso ao crédito também aparecem entre os aspectos apontados pelo relatório produzido pelo Banco Mundial, numa lista de 10 critérios.

Aspectos relacionados com a justiça, designadamente a resolução de falências e o cumprimento de contratos, foram marcadas como as piores classificações de Angola.

REVISÃO DA LEI COM IMPACTO NEGATIVO

Apesar de o Governo ter revisto e aprovado a Lei do Investimento Privado (LIP), em Agosto do ano passado, e ter extinto a Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP) com vista à redução dos níveis de



burocracia na aprovação de projectos, ainda são várias as queixas sobre as dificuldades para se investir no país.

A reformulação da LIP tinha, como argumento, conferir celeridade à aprovação do investimento e “maior clarificação dos benefícios a serem concedidos aos investidores”, intenções que, para os empresários, poderão caminhar em sentido inverso. Segundo Francisco Viana, o funcionamento da nova lei e das novas estruturas estão dependentes do tempo.

“Sempre estivemos habituados com um órgão próprio para apoiar o investimento privado, o que normalmente se faz noutros países. Do meu ponto de vista, preferiria que as coisas tivessem funcionado da maneira antiga”, critica Viana, apontando para o funcionamento da APIEX, UTAIP e a UTIP (ver entrevista e infografia).

VISTOS ‘EMPATAM’ NEGÓCIOS...

O acesso ao país é dos problemas mais apontados. Sobre o assunto

os investidores são unânimes e apelam para a rápida intervenção das autoridades. Pedro Godinho é dos que concorda com a revisão das condições de emissão de vistos de trabalho como forma de salvaguardar a entrada de investimento privado.

“Se quisermos falar de atracção de investimento privado e externo, precisamos resolver esses pequenos problemas. Porque essas são as dificuldades que todos [os investidores] apresentam”, conta.

Estrangeiros podem transferir lucros

Excepto em caso de reinvestimento em Angola, os lucros e dividendos dos investimentos estrangeiros ficam sujeitos a uma taxa suplementar de imposto sobre a aplicação de capitais “na componente [desses lucros e dividendos distribuídos] que ultrapassar a participação nos fundos próprios”, explica o escritório de advogados Angola Legal Circle, num artigo especia-

lizado sobre a matéria.

A taxa em referência, segundo o mesmo estudo, é progressiva e varia entre 15%, 30% ou 50%, consoante o valor excedente. Ainda sobre este particular, esclarece o artigo da Legal Circle, “não é claro se a nova LIP revoga tacitamente o aviso do BNA n.º 13/14, de 24 de Dezembro, que estabelece os procedimentos a cumprir nas trans-

ferências para o exterior de lucros ou dividendos a que o investidor externo tenha direito”.

A própria LIP remete para “legislação que regule matérias de natureza cambial”, no entanto o aviso faz referência, por exemplo, ao CRIP, cuja emissão não está prevista na LIP.

“Em todo o caso, o aviso indicado determina que o pedido de transfe-

“Todas as vezes que [os investidores] pretendem vir a Angola têm de ir à embaixada pedir vistos, que leva de 15 dias a três semanas. E não são pequenos investidores. São executivos, presidentes de multinacionais.”

Novo quadro institucional



UTIP

É uma pessoa colectiva pública, com personalidade jurídica e autonomia financeira e administrativa para celebrar contratos que se revelem necessários a prossecução das suas funções;

Funções:

- preparação;
- condução;
- avaliação;
- negociação dos projectos de investimento privado.

Superintendência:

Titular do Poder Executivo (TPE)

PROCEDIMENTOS NA UTIP

Instrução - Documentos

- Documentação legal dos proponentes;
- Estudo de viabilidade técnica, económica e financeira;
- Estudos de impacto ambiental;
- Proposta de contrato de investimento.

Tramitação

- Recepção, apreciação, avaliação, negociação e submissão para decisão do TPE

Prazo limite - até 30 dias;

- Celebração do Contrato

Prazo limite - até 15 dias após decisão final pelo TPE.

Parecer do MINFIN

- Após constituição da CN - Comissão de Negociações

Prazo limite - até 10 dias;

- O parecer é necessário mas não é vinculativo



UNIDADES TÉCNICAS

NÍVEL CENTRAL

UTIP - Unidade Técnica Para o Investimento Privado

Atribuições: Responsável pelo procedimento das propostas de investimento privado superior a 10 milhões USD.

- Recepção;
- Avaliação;
- Negociação;
- Celebração de contrato.

Superintendência: Titular do Poder Executivo.

NÍVEL MINISTERIAL

UTAI - Unidade Técnica de Apoio ao Investimento.

Atribuições: Responsável pelo procedimento das propostas de investimento privado até 10 milhões USD

- Recepção;
- Avaliação;
- Negociação;
- Aprovação
- Celebração de contrato.

Superintendência: Estrutura orgânica do departamento ministerial da actividade a desenvolver.

NÍVEL PROVINCIAL

UTAI - Unidade Técnica de apoio ao "investidor".

Atribuições: Responsável pelo apoio e facilitação ao investidor:

- Contactos preliminares;
- Orientação do "investidor";

Superintendência: Estrutura orgânica do governo provincial.



APIEX

A Agência para a Promoção de Investimento e Exportações de Angola, abreviadamente designada por APIEX - Angola é uma pessoa colectiva de direito público, do sector administrativo, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

FUNÇÕES:

- A promoção e captação de projectos de investimento de origem nacional ou estrangeira, que pelo seu mérito ou pelos efeitos que produzam na cadeia de valor possam contribuir para o desenvolvimento do País;
- A promoção e divulgação no exterior, ou que neste se reflecta, das potencialidades e das actividades económicas desenvolvidas em Angola;
- O apoio a projectos de internacionalização de empresas angolanas;
- A promoção da imagem de Angola no exterior, das marcas e produtos angolanos de modo global e com impacto nas vertentes de promoção de exportações, internacionalização e captação de investimento;
- A facilitação da introdução de produtos e serviços angolanos no circuito comercial externo.

Superintendência: Titular do Departamento Ministerial responsável pelo sector do comércio.

Deu exemplo de associados da USACC que, por inerência dos negócios em Angola, precisam entrar ao país, como indicou, de duas a três vezes, possibilidades que ficam limitadas pela demora na emissão dos vistos.

“Todas as vezes que [os investidores] pretendem vir a Angola têm de ir à embaixada pedir vistos, que leva de 15 dias a três semanas. E não são pequenos investidores. São executivos, presidentes de multinacionais”, conta o empresário da indústria extractiva, apontando para os prejuízos causados pelos atrasos nos vistos de trabalho.

Francisco Viana associa os atrasos na emissão de vistos e de outros documentos emitidos pelas instituições do Estado à burocracia e a casos de corrupção. Segundo o empresário, o país deve adoptar um “sistema agilizado” de concessão de vistos e exercer maior autoridade sobre o processo.

O que se diz às vezes é que o rigor na emissão de vistos tem que ver com questões de segurança. Se é assim tão rigoroso, como é possível criar dificuldades para depois vender facilidades?”, questiona o ‘patrão’ associativo dos empresários de Luanda.

...E FRACA INFRAESTRUTURA AUMENTA CUSTOS

A qualidade de infraestruturas também influencia na captação de investimento privado. Com falta de infraestruturas, a instalação de projectos é mais caro. As estradas, pontes, electricidade e distribuição de água são factores importantes, defende Francisco Viana.

“Se produzo batata no Huambo, mas, para colocar o produto em Luanda tenho de viajar dois dias, os custos vão ser muito mais elevados do que para quem tem as estradas e energias em boas condições.”



rência a apresentar ao banco comercial deve incluir, nomeadamente a cópia do CRIP, as demonstrações financeiras auditadas por entidade independente e, tratando-se do primeiro pedido de transferência de lucros ou dividendos, o documento emitido pela entidade responsável pela autorização do investimento (em princípio, a ANIP)”, lê-se na análise da Angola Legal Circulo.

Ainda de acordo com o mencionado aviso, em transferências de lucros ou dividendos de “valor global anual” inferior ou igual a montante equivalente a 500 milhões de kwanzas, não é exigida a autorização prévia do BNA. No entanto, sendo “valor global anual” em causa superior a montante equivalente a 500 milhões de kwanzas, a execução da transferência para o exte-

rior depende de autorização prévia do BNA.

No que concerne a investimentos externos de valor inferior a um milhão de dólares, o direito ao repatriamento de capitais está dependente, pelo menos aparentemente, da realização de um registo do investimento, em termos ainda por regulamentar”, destaca o estudo da Angola Circle.

Observatório

PARA ACELERAR DIVERSIFICAÇÃO ECONÓMICA

Sector produtivo com incentivos especiais

BENEFÍCIOS FISCAIS. Para projectos de investimento privado de particular relevância para a economia nacional, nomeadamente no capítulo de geração de emprego, entre outros factores, a nova LIP prevê a concessão de benefícios fiscais extraordinários.

Por António Nogueira

Ao abrigo da nova Lei de Investimento Privado (LIP), o investimento directo externo só beneficia de incentivo a partir de montantes equivalentes a 1 milhão de dólares, enquanto o interno beneficia a partir dos 500 mil dólares.

O documento, na opinião de alguns observadores, introduz critérios mais claros em relação à aplicação dos incentivos.

Os critérios são aplicados com base na criação de postos de trabalho, valor do investimento e a localização do investimento, quer na zona A ou B, sendo que a produção agrícola, silvícola, pescas e indústrias conexas têm um incentivo especial.

“Procuramos introduzir critérios como valor acrescentado nacional, participação accionista dos angolanos e promoção das exportações, fundamentais para o Plano Nacional de Desenvolvimento, e que geram maior diversificação da economia e acrescentam valor nacional”, referiu recentemente o ministro da Economia, Abraão Gourgel. Desse modo, assinala o governante, o investidor é induzido a participar no processo de produção e diversificação económica.

Sobre alterações, a nova LIP estabelece uma redução de 5% em três impostos, nomeadamente o de sisa, o industrial e o de aplicação de investimento, para os investidores que criem até 50 postos de trabalho.

Uma outra inovação da LIP passa pela criação de mais incentivo à participação accionista angolana em sectores como energia e água, telecomunicações e tecnologia de informação, entre outras. Nestes, a participação angolana é de pelo

menos 35% do capital accionista.

A nova LIP determina que apenas os investimentos privados qualificados são elegíveis para efeitos de atribuição de benefícios fiscais, os quais podem consistir em “deduções à matéria colectável, amortizações e reintegrações aceleradas, crédito fiscal, isenção e redução de taxas de impostos”.

Os benefícios fiscais podem ainda resumir-se a “contribuições e direitos de importação, diferimento no tempo do pagamento de impostos e outras medidas fiscais de carácter excepcional que beneficiem o investidor contribuinte”.

Para que o projecto de investimento seja passível de atribuição de incentivos fiscais, os investidores devem, entre outros aspectos, dispor de contabilidade organizada e adequada às exigências de apreciação e acompanhamento do projecto de investimento.

Os incentivos, de acordo com a nova lei, têm carácter excepcional, o



que quer dizer que “não constituem regra, nem são de concessão automática ou indiscriminada, nem ilimitados no tempo”. Assim, apenas poderão ser atribuídos, se solicitados, sendo certo que esta atribuição é “casuística”, embora analisada “objectivamente” de acordo com os critérios previamente requeridos.

Em relação à localização do

investimento, os incentivos são menores na zona A de desenvolvimento (abrangendo a província de Luanda, os municípios-sede das províncias de Benguela e da Huíla e o município do Lobito) e maiores na zona B (restante território angolano). A duração dos benefícios, sobretudo as isenções fiscais, não pode exceder os 10 anos.

ACTIVIDADE PETROLÍFERA NO PAÍS

Regime cambial mudou indústria

O regime cambial aplicável ao sector petrolífero, desde 2012, é referido por vários analistas como uma das alterações mais significativas na actividade petrolífera no país. E com o agravamento da crise de cambias nos últimos anos houve quem culpasse também as leis introduzidas no mandato de José de Lima Massano, no BNA. O ponto recorrentemente apontado por observadores é a proibição, de venda de divi-

sas directamente aos bancos comerciais pelas petrolíferas, situação que colocou a banca exclusivamente dependente do BNA. Declarações do investidor americano Thomson –Payan, fundador da Thomas Group International, divulgadas em Abril pelo VALOR assinalam que o tom de contestação ao regime cambial, desde bancos, câmaras de comércio e empresas prestadoras de serviços, “todas defendem o

regresso ao antes-2012”. No quadro legal anterior, as operadoras podiam pagar bens e serviços fornecidos por empresas não sediadas no país, com contas offshore e eram apenas obrigadas a transferir para Angola os fundos necessários para o pagamento de impostos. Mas, ao abrigo das novas regras, a Sonangol e as suas associadas nacionais e estrangeiras são obrigadas a processar todos os pagamentos atra-

“O problema é que os dólares chegam aos bancos para serem vendidos ao preço de 166,7 kwanzas, que é o preço oficial do Banco Nacional de Angola, mas são traficados de forma ilegal a 400 Kwanzas.”

FRANCISCO VIANA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE LUANDA

“Prisão para quem está a levar o país a falência”

O presidente da Associação Empresarial de Luanda defende que a “falta de autoridade” do Estado no combate à venda informal de divisas e a redução do crédito ao investimento estão a contribuir para falência de várias empresas.

Por Nelson Rodrigues*



Como analisa o estado actual do empresariado nacional?

Se pudesse dar um adjetivo, o diagnóstico é de ‘problema grave’. Estamos a passar por um problema grave. Não só para os empresários de Luanda, mas também todo o nacional. Em primeiro lugar, porque estamos com o problema de funcionamento do sistema financeiro.

Sem ele, não há economia que funcione. A concessão de crédito está parada, o funcionamento da banca, nomeadamente no que diz respeito aos pagamentos ao exterior, está também parado. E o facto de a banca estar parada está a fazer com que todo o sector produtivo também esteja parado.

É apenas o funcionamento do sistema financeiro que está em causa?

É sobretudo isso. Outro caso é a venda informal de divisas. É um problema estrutural do país em que a autoridade do Estado não se está a exercer como deveria. Precisamos de mais autoridade do Estado. Sabemos que o Governo disponibiliza centenas de milhões de dólares para que o país não fique sem divisas.

O problema é que os dólares que são disponibilizados chegam aos bancos para serem vendidos ao preço de 166,7 kwanzas, que é o preço ofi-

cial do Banco Nacional de Angola, mas é desviado para fora do banco. É traficado de uma forma ilegal e é vendido a 400 kwanzas.

Significa que, em Angola, quem trabalha está a ficar pobre, e quem trafica está a ficar muito rico. E isso é muito grave para a nossa economia. E aí deveria se fazer exercer a autoridade do Estado.

De que forma o Estado deveria intervir?

Prender quem está a prejudicar o país inteiro. Prender quem está a levar

a falência toda a nossa produção nacional. Deve identificar-se quem são essas pessoas e parar com isso. Isto é, identificar quem são os bancos que estão a permitir que assim se faça e multá-los. Se necessário até encerrá-los, porque estão a desestabilizar a economia nacional.

Isto é um problema que é mais um caso de polícia do que um caso económico. E isso está a prejudicar muito nosso país. E, a partir deste prejuízo, tudo o resto vai por acréscimo, dando lugar a outros problemas.

Como analisa a nova lei do Investimento Privado?

Há necessidade de se modernizar essas leis. A isso somamos a pauta aduaneira, que também deve ser revista. Não é possível estar a fazer uma indústria, algumas de produtos alimentares, tendo que importar, por exemplo, ração, e ter-se no porto uma única empresa que taxa a entrada dessas mercadorias.

O que para si significa para si ‘modernizar a lei’?

Por um lado, acreditamos que a lei deve ser melhorada, por outro lado devem estabelecer-se diálogos com as entidades competentes para a melhorar.

À lei soma-se a extinção da Agência Nacional para o Investimento Privado (ANIP), que deu lugar a outras unidades. Como vê essas alterações?

Antigamente tínhamos a ANIP. Agora há uma diversificação mas não está ainda bem clara, bem funcional. E entendemos que os investidores podem dar o seu contributo.

Para si as novas unidades não vão funcionar?

O tempo dirá, porque é uma novidade. Sempre estivemos habituados com um órgão próprio para apoiar o investimento privado, o que normalmente se faz noutros países. Do meu ponto de vista, preferiria que as coisas tivessem funcionado da maneira antiga. Porque os investidores sabiam onde se dirigir. E porque os técnicos estavam concentrados e a trabalhar de forma mais especializada. Ainda estamos a tomar conta dessa novidade, que pode ser boa, desde que funcione.

Essa desagregação parece-lhe difusa?

Está um bocado difusa. Ao mesmo tempo, parece-me que a fasquia dos montantes [para os investimentos a partir dos 10 milhões USD] limita um bocado os investidores. É muito fácil atingir essa verba de 10 milhões. Se todos os projectos com esse montante tiverem de passar a esse nível [presidencial], acho que vai haver um afunilamento, ou terá de se criar uma nova ANIP.

O que significa criar uma ‘nova ANIP’?

Hoje, fazer 10 milhões dólares é rápido. Qualquer edifício já custa mais de 10 milhões de dólares. Um edifício grande estamos a falar em 50 a 100 milhões de dólares. Das duas uma. Ou terá de se criar uma nova ANIP, que vai ter um outro nome, ou ficam os projectos afunilados na UTIP.

*Com Vladimiro Dias

vés de contas num banco angolano, independentemente do domicílio do empreiteiro ou do fornecedor para efeitos cambiais. Assim, foram obrigadas a abrir, em Angola, pelo menos duas contas bancárias: uma em dólares americanos para pagamento de bens e serviços fornecidos ou prestados por entidades estrangeiras e uma segunda, em kwanzas, para o pagamento de bens e serviços fornecidos

ou prestados por entidades residentes. O novo regime cambial aplicável ao sector obriga igualmente a que qualquer pagamento apenas possa ser efectuado após o cumprimento das respectivas obrigações fiscais.

Enquanto persistem as ‘reclamações’ sobre a lei, o jornal inglês ‘Financial Times’ estima que Angola recebeu, em 2015, um total de 16 mil milhões de dólares em investimento

estrangeiro, tendo o sector de petróleo e gás representado a maior fatia das aplicações. O intuito do regime cambial era a canalização dos dólares do sector petrolífero para o sistema financeiro nacional com vista ao aumento de liquidez e da concessão de crédito. No entanto, com a crise a medida revevou-se ineficaz e contribuiu para a escassez e encarecimento do dólar.

O ritmo dos investimentos, no sector abrandou como consequência da actual conjuntura económica que o país atravessa. E a consultora Business Monitor Internacional (BMI) prevê que as grandes companhias petrolíferas continuem a diminuir os investimentos ‘ultra-caros e ultra-arriscados’ em Angola para controlar os custos, mas admite que a produção deverá aumentar nos próximos anos.

“Angola vai ver as suas águas a continuarem a ser exploradas, no entanto antevemos um abrandamento nas perfurações ultra-caras e ultra-arriscadas nas águas profundas e no pré-sal, uma vez que as companhias procuram controlar os custos e exercer mais disciplina orçamental nos seus projetos”, lê-se no mais recente relatório sobre o petróleo e o gás em Angola, publicado pela consultora. AN

Economia & Política

EM FACE DA CRISE CAMBIAL E PETROLÍFERA

FMI recomenda políticas “sustentáveis e sãs”



ALERTA. As restrições em Angola relativamente às contas correntes têm um nível de risco elevado porque afectam a actividade económica, dão origem a diferentes distorções e podem provocar um ajuste desordenado do sector externo, alerta o FMI.

Por Cândido Mendes

O surgimento de “grandes desequilíbrios” nos mercados de câmbio de moeda externa em países como Angola exige a adopção de políticas macro-económicas “sustentáveis e sãs”, avisa o FMI no relatório de Abril,

com grande foco para países emergentes e produtores petrolíferos.

Os desequilíbrios podem e geralmente são corrigidos recorrendo às reservas de divisas. No entanto, a extensão desse apoio está a tornar-se cada vez mais limitado à medida que as reservas registam quedas significativas.

As reservas internacionais líquidas do BNA estiveram avaliadas em 24 mil milhões USD em Março. Para o FMI se, em 2015, as reservas angolanas eram suficientes para 9,4 meses de importação, em 2016 devem cair

para os 6,3 meses, enquanto em 2017, servirão “apenas” para 5,5 meses de compras no exterior.

Num relatório que pinta um quadro pouco saudável para a economia nacional, o FMI prevê um crescimento do Produto Interno Bruto nos países exportadores de petróleo que deverá diminuir para 2,2 por cento, em relação às estimativas anteriores. Mas, no caso particular de Angola, o PIB deverá abrandar “ainda mais”.

Contribuem para essa desaceleração outros factores, como a escassez de oferta de cambiais (importantes para um país que praticamente vive de importações) e a redução dos níveis de despesa pública (que impulsiona a actividade económica interna, nomeadamente através de investimentos em infra-estruturas).

Em instrutivo endereçado às unidades orçamentadas, o Executivo ordenou o “cativamento” das despesas orçadas até à realização das próprias receitas. Ou seja, as unidades devem gastar apenas o que já está disponível e não em função do que se espera arrecadar.

24

Mil milhões, valor das reservas internacionais líquidas do país em Março deste ano.

2,2%

Previsão de queda do produto interno bruto dos países exportadores de petróleo

MEMORIZE

- As reservas internacionais líquidas do BNA estiveram avaliadas em 24 mil milhões USD em Março. Para o FMI se, em 2015, as reservas angolanas eram suficientes para 9,4 meses de importação, em 2016 devem cair para os 6,3 meses.

O preço do crude ronda os 40 USD abaixo dos 60 a 70 USD que o ministro angolano dos Petróleos, José Maria Botelho de Vasconcelos, tem considerado como “satisfatório” para produtores e consumidores. Os “apertos” com que o governo está a responder à crise poderão estar a causar mais danos colaterais do que benefícios.

“Políticas monetárias mais rígidas e maior recurso ao financiamento interno do sector público podem ter ampliado os efeitos do choque sobre a actividade de financiamento do sector privado”, relata a análise do FMI.

“Maiores défices fiscais e políticas monetárias mais restritivas estão a aumentar os custos dos empréstimos para o sector privado. Além disso, medidas administrativas em divisas que ampliaram o diferencial das taxas de câmbio oficial e paralelo restringiram as importações de insumos importantes”, analisa do Fundo.

Além de Angola, essa é uma realidade observada na Nigéria, outro grande produtor de crude do continente, e que, segundo o Fundo, “tem distorcido a actividade do sector privado”. E, em consequência, o país vem observando um declínio senão uma contração do crédito ao sector privado.

O Fundo Monetário Internacional notou fundamentos financeiros que se deterioraram também em países produtores de petróleo, como a Guiné Equatorial, além do “aumento significativo” de empréstimos não-produtivos, no nosso país e na Gâmbia “dando origem a necessidades de recapitalização”.

FMI EM LUANDA

Angola é (ainda) o único produtor de petróleo que já recorreu à “Assistência Técnica” do FMI, sob o chamado Extended Fund Facility. Para formular o pedido, uma delegação angolana esteve em Washington na sede do FMI e a instituição agendou uma visita a Luanda na ultima semana do mês corrente.

Depois do relatório pouco saudável sobre as perspectivas económicas do país, prevê-se negociações árduas entre a equipa económica e o FMI em Luanda, “principalmente se o pacote de ajuda incluir assistência financeira”, disse um economista, solicitando anonimato por ainda não ter lido o relatório.

“O poder negocial de Angola assentava nas exportações do petróleo e essas agora geram poucas receitas. Para financiar assistência que corrija os indicadores que apontou, o FMI vai pedir muito em troca”, antecipa.



O **MINISTRO** da Energia e Águas, João Baptista Borges, concede, hoje, uma conferência de imprensa, em que vai abordar questões ligadas aos projectos estruturantes no sector que dirige.



O **GRUPO ALEMÃO** KfW IPEX-Bank vai abrir uma linha de crédito de 500 milhões de USD para Angola, indica um despacho presidencial que autoriza o Ministério das Finanças a assinar o contrato de financiamento.



NAMIBE NO TOPO DAS ZONAS PESQUEIRAS

Captura de peixe cresce 12,2% em 2015

PESCA. Os resultados do ano passado permitiram um aumento do consumo, per capita, de cerca de 22%, distanciando-se significativamente dos mínimos exigidos pela OMS.

Por José Zangui

A captura de peixe em Angola cresceu 12,24% em um ano, para 496.213 toneladas em 2015, indicam dados do Ministério das Pescas que assinalam um crescimento acima dos 22% no consumo per capita.

253 Embarcações industriais e semi-industriais registadas pelo Ministério das Pescas.

Dos 18 quilos por habitante em 2014, o consumo de peixe aumentou para os 22 quilos, em 2015, colocando-se largamente acima dos mínimos recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS), fixados em 12 quilos por ano.

A pesca industrial foi a responsável por quase metade das capturas (248.757 toneladas), tendo Luanda representado 12% do total, Namibe (72%), Benguela (13%) e Kwanza-Sul (3%), números explicados com a existência de 253 embarcações industriais e semi-industriais, além de outras de

pequeno porte. Cabinda aparece nas estatísticas com 0%.

A ministra das Pescas, Victória de Barros Neto, considera os indicadores “satisfatórios”, já que, apesar de importar algumas quantidades de carapau, o país já exporta peixe e seus derivados, nomeadamente tubarão, crustáceos e óleo de peixe.

Os dados oficiais indicam que, no ano passado, as exportações totais de pescado se cifraram em 21.465 toneladas, cerca de 4,3% da captura total. Para 2016, as exportações devem mais do que dobrar para cerca de 47 mil toneladas. No caso das importações, prevê-se para este ano um crescimento na ordem dos 21%, passando para 90 mil toneladas contra as 74 mil, em 2015.

O Ministério das Pescas nota que a produção de farinha de óleo de peixe também foi relançada, com a entrada em funcionamento da empresa Boa Pesca, no Tômbwa, no Namibe. O mesmo não acontece com a produção de conservas, paralisada por várias razões, entre as quais se apontam as dificuldades de acesso ao crédito.

A pesca é, a par da agricultura, dos sectores que deve beneficiar de subsídios aos combustíveis no futuro próximo. O contributo ao Produto Interno Bruto está estimado em 4% mas a ministra entende que estes números “podiam ser maiores, se os produtores apresentassem com celeridade e seriedade as estatísticas que fornecem ao Ministério”. Victória de Barros Neto adverte que “a sonegação de informação prossupõe fuga ao pagamento de impostos devidos”, por isso pede aos produtores mais celeridade na apresentação de dados.

Os números da indústria pesqueira nos próximos dois anos

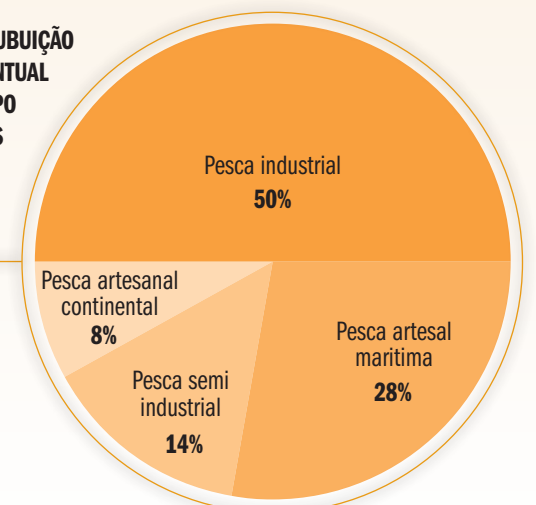
Os quadros mostram os resultados do sector no último ano e antecipam o que deve acontecer, em termos de crescimento, até ao próximo ano. A tendência geral é de crescimento dos vários segmentos do sector pesqueiro, incluindo a pesca industrial, a pesca semi-industrial, a pesca artesanal marítima e continental.

PRODUTOS TRANSFORMADOS	
Peixe seco	57.024 mil toneladas (ton).
Produção salineira	42.845 ton
Oleo de peixe	5.304.200 litros
Farinha de peixe	10.874 mil toneladas

DADOS DE 2015	
Produção	496.213 toneladas
Consumo interno	548.979 toneladas
Consumo per capita	22 quilos
Importação	74.231 toneladas
Exportação	21.465 toneladas

PROJECCÕES PARA 2017	
Produção	522.000 toneladas
Consumo interno	564.850 toneladas
Consumo per capita	22 quilos
Importação	90.000 toneladas
Exportação	47.150 toneladas

CONTRIBUIÇÃO PERCENTUAL POR TIPO PESCAS 2015



Economia & Política

PROMESSA DO GOVERNO PODE CONCRETIZAR-SE A QUALQUER ALTURA

Agricultura e Pesca aguardam subsídio aos combustíveis

SUBVENÇÕES. Interessados desconhecem os critérios que serão aplicados nas pescas e agricultura, mas sugerem concertação com os departamentos ministeriais envolvidos.

Por José Zangui

Os sectores da agricultura e das pescas vão beneficiar de subsídios aos combustíveis a qualquer altura. O anúncio foi feito, recentemente, pelo ministro da Economia, Abrahão Gourgel, num encontro de auscultação com empresários e a Unidade Técnica de Investimento Privado (UTIP), mas não avançou datas para a concretização da medida.

De acordo com o governante, “há uma orientação expressa do titular do poder executivo para que o Ministério das Finanças o faça”, mas Abrahão Gourgel não fez referência aos critérios de atribuição dos subsídios. Responsáveis de cooperativas e associações concordam, no entanto, com a promessa e sugerem como deveria funcionar o mecanismo para evitar oportunismos.

O director da ADRA, Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente, Belarmino Jelembe, entende que “a situação da agricultura é muito crítica e precisa de intervenção em outras variáveis”. Jelembe diz ter recebido a notícia “com agrado”, pelo défice energético que encarece os custos dos agricultores, e espera que sejam beneficiados “aqueles que já introduzem a mecanização agrícola e os que precisam de pagar a transportação dos produtos, já que têm custos altos que impactam no preço final”. Os agricultores familiares também merecem ser contemplados, segundo Jelembe, “já que são responsáveis pela produção de 95% dos cereais no país, além de hortícolas e outras culturas”, (como demonstra o quadro comparativo).

Quem também pede regras é o presidente da cooperativa dos agricultores do Huambo. Para José Maria Dumbo, os ministérios de tutela devem fazer o credenciamento dos que têm máquinas e que justifiquem a subvenção “para se controlar quem na

4%

Contributo estimado do sector das pescas ao produto interno bruto.

verdade é agricultor ou pescador”. E para que não haja esquecidos, lembra que muitos dos que estão no segmento da agricultura familiar já trabalham com tratores e geradores. Mas, com a crise na ordem do dia, Dumbo alerta que o Governo “não tem condições de elevar muito nestes subsídios, porque tem poucos recursos”.

Em relação às pescas, sector que contribui com 4% para o Produto Interno Bruto, o Ministério tem licen-



PRODUÇÃO DE CEREAIS: PESO AGRICULTURA FAMILIAR (AF) E DA EMPRESARIAL (AE)

Milho	AF	79%	AE	1%
Massango	AF	95%	AE	5%
Mandioca	AF	95%	AE	6%
Feijão	AF	92%	AE	8%



ciadas 253 embarcações industriais e semi-industriais que devem contar entre os beneficiários.

No ano passado, o Fundo Monetário Internacional (FMI) recomendou ao Governo a redução dos subsídios aos combustíveis. O FMI tinha chegado a conclusão de que Angola gasta muito com os subsí-

dios, cerca de 12% da despesa total.

O economista Emídio Londa concorda com a medida da redução dos subsídios, mas sublinha que há sectores que devem continuar a ter subsídios aos combustíveis para alavancar a produção nacional. São os casos dos transportes, agricultura e pescas.



Quadros das finanças em formação

O Instituto de Formação de Finanças Públicas promove, a partir de hoje até dia 13, em Luanda, uma sessão de formação sobre a implementação, execução e gestão orçamental, dirigida aos quadros de diferentes direcções e organismos tutelados pelo Ministério das Finanças. Segundo uma nota da instituição, a iniciativa visa dar a conhecer, de forma geral, como se processa o orçamento público, tendo como premissa o caso do Estado de Nova Iorque. O curso vai ser ministrado por quadros da administração do Estado de Nova Iorque, com destaque para o director-adjunto, David Lara.



Produção de cereais “fraca”

A produção de cereais atingiu, na presente campanha agrícola, 1,4 milhões de toneladas, quantidades que estão muito aquém da previsão de 2,5 milhões de toneladas, estimadas pelo Instituto Nacional de Cereais. Segundo o seu director, Benjamim Castelo, a produção de cereais registou esse défice de 900 mil toneladas, devido a “problemas climáticos”. O responsável do Instituto de Cereais calcula que, se forem feitos investimentos avultados, Angola pode atingir a autossuficiência dentro de cinco anos.



ADMINISTRAÇÃO GERAL TRIBUTÁRIA de Angola (AGT) foi admitida como membro do Centro Interamericano de Administrações Tributárias (CIAT), durante a 50ª Assembleia Geral desta organização que decorre no México. Com a adesão de Angola, a CIAT passa a contar com 39 países.



A **FUNÇÃO PÚBLICA** tem registado 350 mil trabalhadores. Nos últimos cinco anos, foram criados 1.200 postos de trabalho, sendo os sectores dos transportes, comércio, energia e águas e hotelaria e turismo os que mais geraram empregos.

MAIS UM PROJECTO DO INE ATRASADO

Inquérito do desemprego só em 2017

TRABALHO. O objectivo do projecto é actualizar a informação sobre os níveis de emprego e desemprego no país.

Por Isabel Dinis

O Instituto Nacional de Estatística (INE) prevê realizar até 2017 o 'Inquérito de Emprego e Desemprego', que estava previsto para o ano passado. O inquérito será feito por amostragem e os resultados poderão ser divulgados semestralmente.

A instituição encontra-se ainda numa fase de preparação, em que estão a ser elaborados os questionários e manuais para a realização de um inquérito piloto numa província por definir, segundo uma fonte do INE, que adiantou não haver nada de concreto. "Depois do inquérito piloto será feita a validação dos instrumentos, posteriormente far-se-á uma correção e atualização em função da realidade que o terreno nos mostrar", adiantou.

Enquanto isso, o secretário-geral da

1,7

Milhões de angolanos desempregados até 2014 segundo o Censo

UNTA-CS, Manuel Viage, avança que 20 mil trabalhadores perderam o emprego até finais de Março, por causa da crise. As áreas mais afectadas são a da construção civil, da indústria, do comércio e serviços, "principalmente das micro e pequenas empresas".

Os resultados definitivos do Censo da População e Habitação, divulgados no mês de Março, revelaram que Angola tinha, até 2014, uma população activa de mais de 1,7 milhões de desempregados. A população mais



afectada é composta de jovens entre os 15 e 24 anos e representa cerca de 24%.

Além do inquérito do emprego e desemprego, o INE tinha marcado para o ano passado a realização do

'Inquérito sobre Despesas e Receitas', material essencial para actualização da base para o cálculo do Índice de Preços do Consumidor (IPC) e para as Contas Nacionais.

PUB

Nem o Anselmo resiste!

O café em cápsulas Delta Q é simples, rápido e... delicioso!

Aproveita já a promoção de Oferta de 1 Máquina

na compra de outra numa loja perto de ti!

Delta Q
perfeQtly espresso

"Este café é um Show"

ANSELMO *Alves*

**OFERTA
1 MÁQUINA
NA COMPRA
DE OUTRA.**



www.mydeltaq.com
www.facebook.com/deltaqangola

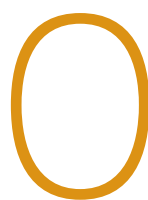
Reportagem

REGULAÇÃO DA IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E REEXPORTAÇÃO

Incumprimento de Decreto permite sangria de divisas

REGULAÇÃO. O decreto presidencial 265/10 visava o domínio do comércio no país com a criação e implementação de uma plataforma integrada que faria o controle de todos os circuitos contado com a intervenção do BNA e das Alfândegas sob supervisão do Ministério do Comércio. Seis anos mais tarde, e criada a plataforma, ainda não existe a integração sistemática entre os órgãos. O BNA continua a não fazer uso e a autorizar pagamentos ao exterior indevidos com divisa nacional.

Por Geralda Embaló



“objectivo da sobre-facturação é a exportação de capital, e saem do país milhões de dólares todos os meses há décadas

por esta via”, ouviu o VALOR de um ex-quadro sénior envolvido no processo que levou à aprovação do Decreto de Lei que criava a plataforma SICOEX e que, passados seis anos, ainda não é cumprido na totalidade, apesar da operacionalidade da plataforma tecnológica.

O objectivo do decreto presidencial 265/10, promulgado pelo Presidente da República em 2010, era possibilitar a fiscalização dos processos de importação, exportação e reexportação de forma eficiente, sistematizada e automatizada de modo a impedir transgressões aduaneiras, proteger a política cambial e assegurar a segurança alimentar através do controlo de stocks e da prestação



de informação vital aos produtores nacionais sobre eventuais lacunas no mercado.

A então ministra do Comércio, Idalina Valente, “terá notado uma gigante discrepância (de vários milhões de dólares) entre as intenções de importação e os registos de entrada de mercadorias nas alfândegas e daí partiram as investidas contra o fenómeno”, afirmaram duas fontes conhecedoras do processo e que acompanhavam as reuniões periódicas de fecho da balança comercial à época. Reuniões que incluíam membros do Ministério do Comércio (MINCO), das Alfân-

gas e do Banco Nacional de Angola (BNA). Contactada pelo VALOR, em diferentes ocasiões, a ex-ministra e actual deputada à Assembleia Nacional mostrou-se indisponível para falar ao VALOR.

Essa discrepância denunciava segundo outra fonte ligada ao BNA na altura, que existiria “exportação de capitais ilegal a uma escala só comparável aos níveis de importação, um crime económico”. De acordo com fonte do MINCO, sem um controlo sistematizado era permitido não apenas a exportação ilícita de divisas, como o branqueamento de capitais, porque o dinheiro rece-



bido pelo banco comercial e transferido para fora podia entrar então no circuito internacional sem que houvesse controlo da sua origem.

A solução que o MINCO, ainda sob gestão de Idalina Valente, encontrou foi procurar o Ministério da Tecnologia em busca de uma ferramenta de controlo que processasse automaticamente a informação prestada pelo importador ao MINCO, quando do

pedido de licenciamento de uma factura, cruzada com a informação do respectivo pagamento ao exterior autorizado pelo BNA e informação posterior da entrada da mercadoria pelas Alfândegas. Este ciclo virtuoso de informação iria travar a exportação ilícita e a fuga de capitais por via da importação de mercadorias, daria conhecimento ao MINCO de toda a mercadoria que dá entrada



A FALTA DE DIVISAS está a comprometer o arranque de investimentos financiados, nos últimos anos, com fundos do Programa 'Angola Investe', alertaram os empresários da Huíla, durante o encontro que tiveram com vice-governador da província para o sector económico, Sérgio da Cunha Velho.



EMPRESÁRIOS do Mónaco pretendem investir em Angola na agricultura com projectos na agro-industriais e mineiros. A intenção foi manifestada no encontro do embaixador de Angola em França, Miguel Costa, e o ministro da região autónoma gaulesa, Serge Telle.

no país e permitiria ao BNA o controlo sobre a efectivação das importações dos respectivos pagamentos ao exterior autorizados.

Em 2012 foi lançada a plataforma online SICOEX que iria fazer esta triangulação da informação das três entidades envolvidas nos processos (MINCO, BNA e Alfândegas) e permitir um controlo da balança comercial de acordo com as normas da Organização Mundial do Comércio de que Angola se tornou membro.

A introdução da plataforma teve resultados, mas, "como num jogo do gato e do rato", quem cometia infracções e estava habituado a fazer muito dinheiro exportando divisa ao câmbio do BNA e importando mercadoria com um valor muito inferior que também era vendida podendo ainda expatriar lucros, foi tentando arranjar outros modos de fugir à rede de controlo do SICOEX. Uma das soluções foi o investimento em empresas de consultoria que, porque se tratam de serviços, não estão cabimentados no SICOEX e não são mesuráveis pelas Alfândegas e demais autoridades reguladoras. "Não é surpresa nenhuma quando ouvimos que o país paga muito mais em serviços do que em qualquer outra mercadoria".

O VALOR sabe de documentos oficiais que são pagos uma média de 23,5 mil milhões em serviços todos os anos, um número mais de sete vezes superior ao que se importa em comida, o que dificulta sobejamente a fiscalização da política cambial.

A exoneração da ministra que liderou o processo), ajudou a confinar a acção do SICOEX ao MINCO. O Decreto ficou então a meio do cumprimento porque a plataforma até hoje não cruza de modo automático a informação aí disponibilizada sobre licenciamento (por parte do MINCO) com a informação de pagamentos do BNA e com a entrada de mercadorias como previsto no Decreto Presidencial. O protocolo FTP (file transfer) que permite a partilha de informações entre as instituições que licenciam facturas e o BNA e as Alfândegas funciona, mas não consegue fechar o círculo de forma automática, sendo consultado essencialmente em caso de suspeita de transgressão e ficando aquém do projectado para o SICOEX que levantaria 'bandeiras vermelhas' em casos de irregularidades, poupando recursos humanos que os reguladores não têm, e direccionando as acções de fiscalização. O BNA segundo fontes

Os custos do SICOEX

O centro integrado de desenvolvimento de actividades comerciais que desde o ano passado funciona no MINCO já conseguiu algumas vitórias. "Foi preciso, e continua a ser um exercício de lidar com muitas pressões, de fora do MINCO e mesmo de dentro, foi preciso mandar muita gente embora que ganhava com comissões de licenciamentos de facturas, alguns inseriam facturas que não estavam em condições no sistema e como a autorização tem de ser feita no prazo de 72 horas o licenciamento saía e o BNA pagava". Tivemos muita oposição.

Outras fontes sugerem mesmo que "a ministra Idalina Valente foi tirada do cargo porque este sistema a funcionar em pleno iria dificultar muito a vida a muita gente que coloca muito dinheiro lá fora. Mexeu com os grandes interesses que põem milhões de dólares fora do país todos os anos e que sustentam vidas luxuosas fora de Angola, e provavelmente pagou o preço".



muitas vezes não consulta a informação do licenciamento e chega a pagar facturas ao exterior não licenciadas pelo MINCO.

Sendo que o SICOEX e o Decreto que deu origem à sua criação só se focavam nas mer-

cadorias, sendo que o país paga ao exterior várias vezes mais em serviços, e sendo que não existe qualquer rede de protecção focada neste peso da balança comercial, o potencial para infracções neste capítulo é varias vezes superior e

23,5

Mil milhões de USD é a média paga ao exterior por serviços difíceis de medir pelas autoridades de fiscalização postos de trabalho previstos, quando o projecto estiver em fase avançado.

3,6

Mil milhões de USD é a média paga ao exterior por produtos alimentares importados

mais difícil de calcular. Muitos transgressores mudaram o foco das mercadorias para os serviços para continuarem as operações de exportação de divisa minimizando as fiscalizações dos reguladores. O BNA que devia de proteger as divisas no âmbito da sua política cambial é quem mais vê a sua actividade reguladora finta.

Infracções mil num 'jogo de gato e rato'

O VALOR ouviu de vários intervenientes e conhecedores deste dossier exemplos de esquemas de fuga aos impostos, exportação ilegal de capitais, de branqueamento, de sobre e de subfacturação.

"Começou com os estrangeiros que eram os grandes importadores de bens essenciais nos anos 90". Estes licenciavam facturas sobrevalorizadas, que vinham muitas vezes das suas empresas nos seus países, entretanto licenciavam facturas de valor mais baixo e que apresentavam na altura do processo de desalfandegamento. Ganhavam com a lavagem de dinheiro, com o câmbio do banco central, depois com a fuga aos impostos da mercadoria já subfacturada e ainda com a venda da mercadoria que dava lucro também ele exportado para os seus países de origem. Mais tarde os empresários nacionais "abriram o olho e passaram a fazer o mesmo principalmente com Portugal", a fazer poupanças de divisa lá fora, "sendo que era dessa forma que pagavam casas e vidas de muito luxo no exterior". "Eu, importador criava uma empresa em Portugal que faria as compras e passava facturas com valores exorbitantes que licenciava no MINCO. O BNA autorizava a transferência e o dinheiro chegava seguro à Europa. Depois

era só ir buscar outra factura mais baixa ao MINCO e usá-la para desalfandegamento", explica um importador.

O fecho de balança, que noutrora era trimestral, passou a ser mensal e actualmente é realizado todas as semanas, tal é a crescente necessidade de ajustamento ao ritmo das transgressões detectadas. O MINCO e as Alfândegas têm o trabalho de conferir a consonância dos valores submetidos nos pedidos de licenciamento com os valores das mercadorias nos mercados internacionais. No entanto há casos em que a mercadoria importada não tem o valor publicado, como por exemplo as peças para equipamento do sector petrolífero, que dificultam sobejamente o controlo. Mesmo que algo que custe 5 mil dólares venha com um pedido de licenciamento de 500 mil, o sistema autoriza por falta de paralelos comparáveis, explicam técnicos do MINCO que anunciam também actualizações importantes ao sistema para que o controlo se torne mais eficiente.

As reuniões entre reguladores permitiram reduzir as transgressões e passou a ser usada só uma factura com um número que teria de ser o mesmo para o desalfandegamento. Em resposta, os transgressores então passaram a

usar outro truque, contam ao VALOR funcionários seniores. Usavam a mesma factura para diferentes pagamentos em diferentes bancos porque o BNA não verificava quantas vezes tinha autorizado o pagamento da mesma factura. "Isto no tempo das vacas gordas não era preocupação, não havia grande necessidade de poupar e fiscalizar divisas".

A partir de dezembro último, segundo funcionários do MINCO, ficou instituído o mecanismo de 'pagamento único' que obriga à discricção da entidade bancária que fará a transferência e que impede o BNA de autorizar a mesma factura mais do que uma vez. No entanto "o maior estrago já está feito porque foram anos destes truques que sangraram as divisas que agora não temos". Porque os controles de mercadorias se tornaram bem mais apertados, os useiros e vezeiros destas transgressões passaram a importar mesmo já antecipando impossibilidade de desalfandegamento. Os embarques parciais, que levam à porrogação de licenças, são outro método muito usado para dificultar a fiscalização do MINCO.

Muitas vezes quando se ouve falar de uma destruição de ovos ou de medicamentos que já entraram estragados nos portos

nacionais, isso acontece porque o importador queria exportar divisa e não se preocupa com o lucro da venda. Acontecem casos em que são recebidos pelas Alfândegas pedidos de desalfandegamento absurdos como contentores de fardo que não poderiam ultrapassar os 40 mil virem com factura de 750. O importador até pode calcular que o risco de não poder desalfandegar é elevado mas as divisas já fizeram o pagamento dos 750 mil dólares no exterior. Numa altura em que o dólar nas ruas se tornou muito escasso e caro, vale a pena mandar vir qualquer coisa que possa justificar uma transferência elevada porque as pessoas andam desesperadas para por divisa lá fora, enquanto outras fazem fortunas recebendo em kwanzas com taxas exorbitantes. Os importadores são muitas vezes aliciados por funcionários dos bancos que, quando tomam conhecimento da possibilidade de pagamento ao exterior, propõem negócios em que ganham todos uma percentagem da transferência efectuada para o exterior. Vale tudo para ludibriar a fiscalização do Estado. Estes esquemas enfraquecem o tecido produtivo nacional porque o incentivo da importação é bem maior.

Empresas & Negócios

EMPRESÁRIO SÃO VICENTE CONFIRMA NEGÓCIO

AAA sai do Standard Bank Angola e entra Inpal com 49% das acções

BANCA. A participação das AAA Activos no Standard Bank Angola muda de mãos outra vez. Inpal, SA em “processo de conclusão” da transação.

Por Cândido Mendes

A empresa angolana AAA Activos diz ter vendido na “totalidade” a sua participação de 49% detida no Standard Bank de Angola à empresa Inpal num montante não divulgado.

O banco Standard Bank e a Inpal estão “agora na conclusão do processo”, depois de as AAA terem decidido “desinvestir por várias razões”, respondeu o seu presidente, Carlos São Vicente, por email.

São Vicente declinou dizer porque razão está a sair do banco ou mencionar os montantes envolvidos na transação, referindo os inquiridos à empresa compradora. No entanto, são conhecidas as dificuldades do grupo que declarou falência e estará em processo de alienação de vários activos. O grupo AAA tem participações em diferentes sectores que incluem a hotelaria, os seguros e o ramo financeiro. A citada Inpal, por sua vez, respondeu por email que “agradece o contacto, no entanto, declina respeitosamente fazer qualquer pronunciamento sobre o tema em epígrafe.”

Luís Teles, administrador executivo do Santard Bank não atendeu às chamadas para o seu telemóvel nem respondeu as mensagens enviadas.

O Standard Bank Group detém os restantes 51% das acções. Com sede em Joanesburgo, África do Sul, o Standard é o maior banco de África em termos de activos, com operações que se expandem em todos os continentes. Fundado há mais de 150 anos é também dos mais antigos no continente.

O Standard Bank de Angola iniciou as suas operações no país em 2009, depois de mais de três anos a funcionar como escritório de representação, período tido também como de negociações com parceiros locais para a satisfação dos então 49% de participação obrigatoriamente nacional. As AAA adquiriram a sua participação apenas em 2012.

Pouco se sabe nesta altura sobre a Inpal - investimentos e Participações, conforme listada nas Páginas Amarelas ou Inpal, SA, como consta na “assinatura” do email. O seu sítio na internet não elucida e parece estar em construção, remetendo qualquer busca de informação para “brevemente”.

As negociações para a venda da participação das AAA parecem vir de há algum tempo. Em 2013, o banco anunciou no seu relatório de contas que “AAA Activos Lda,” se encontra no processo de transferir a sua participação para um novo accionista, o qual irá também subscrever



51%

Participação do Standard Bank Group no SB Angola

100

Milhões de dólares, montante que o SBG encaixou ao ceder 49% das acções do SB Angola a AAA.

o aumento de capital a ser realizado em 2014. Essa transferência está pendente à aprovação do Banco Nacional de Angola.”

A compra dos activos por parte da Inpal vem levantar o velho problema das negociações de activos nas altas finanças, que investidores em múltiplos fóruns de negócios classificam como opacos, mas que são por norma confidenciais até à finalização.

Citados oficiosamente como entidades a que a participação foi proposta estará a Sonangol e o Fundo Soberano de Angola.

Carlos Silva, administrador do agora Banco Millennium Atlantico, que recentemente citou o Standard como “um dos bancos mais fortes de Angola” em entrevista ao DN português, foi citado em documentos oficiosos como parte interessada na compra

dos activos das AAA através de uma empresa Jasper Capital Partners. Contactado pelo VALOR diz que a informação é “rigorosamente falsa”, e que nem ele, pessoalmente, nem o Banco Atlântico (que na altura representava antes da fusão com o banco Millennium) teve algum interesse em comprar acções no SBA.

“Na realidade foi um cliente do Banco Atlântico, na sua vertente de investment banking, que solicitara à data que o BA estruturasse uma operação” para a compra de tais participações. Operação que ou por desistência do cliente ou de outros intervenientes não chegou a materializar-se.

Quando as AAA “entrou” no SBA, o banco encaixou 100 milhões USD em “mão”, o dobro do que tinha antes. Para saber quanto a Inpal traz ao banco, há que se esperar pelo relatório e contas de 2016.

O MELHOR DAS NOVELAS
É NA ZAP QUE DÁ.

Zap NOVELAS
CANAL 70



Fatmagul

SEGUNDA A SEXTA

18H00



SEGREDOS DO PARAÍSO

SEGUNDA A SEXTA

20H00



IMPERDÁVEL

SEGUNDA A SEXTA

21H00

 **LIGUE**
935 555 500
apoio.cliente@zap.co.ao
Todos os dias, incluindo feriados,
das 7:00 às 24:00

Visite-nos em www.zap.co.ao e siga-nos    

Empresas & Negócios



IBÉRIA PODE TER SIDO SÓ O PRIMEIRO CASO

Crise poderá 'excluir' mais operadoras do espaço aéreo

AVIAÇÃO. A crise cambial que afecta o país está a ser encarada como o principal factor que poderá levar diversas companhias a reduzir as frequências para a Angola.

Por António Nogueira

O anúncio de que a Ibéria vai deixar de voar para Angola, a partir de Junho, é uma situação que, no curto prazo, poderá afectar também outras operadoras, caso persista a crise cambial que assola actualmente o país, consideram analistas. Abordado pelo VALORECONÓMICO, Carlos Vicente, da companhia aérea nacional, TAAG, argumenta que "qualquer companhia que deixa de operar por falta de tráfego é porque a operação em causa já não se justificava".

"As companhias vivem do tráfego de passageiros", destacou Carlos Vicente, reforçando que a decisão

da Ibéria, de se retirar do mercado angolano, poderá ter sido influenciada pelo reduzido número de passageiros que a determinada altura passou a transportar.

"Isso poderá significar que aquilo que (a operadora) transportava, em termos de passageiros, nem sequer dava mais para cobrir as despesas operacionais. Quando isso acontece, logicamente as companhias retiram-se do mercado, porque deixou de ser fiável", reiterou.

Carlos Vicente salienta que, a partir do momento em que começou a haver escassez de divisas no mercado nacional, as companhias aéreas, de um modo geral, começaram a ressentir-se da situação.

Por isso diz não ser de estranhar se um caso, idêntico ao da Ibéria, venha a verificar-se também com qualquer outra companhia que opera no mercado, enquanto persiste a crise cambial.

4,3

Por cento, queda registada nas tarifas da portuguesa TAP

MEMORIZE

- A Ibéria vai deixar de voar para Luanda, a partir do próximo mês de Junho, segundo comunicou a própria empresa.

"Há companhias que não anunciaram, mas há muitas que têm estado a reduzir as frequências de voos", apontou o também porta-voz da TAAG, no entanto, sem citar nomes.

2011. A companhia aérea espanhola operava dois voos semanais entre a capital angolana e espanhola, todas as segundas e sextas-feiras. Nesta ligação, a Ibéria utilizava aviões A340/300 que possuem capacidade para cerca de 250 passageiros.

CRISE É ANTIGA

Algumas companhias aéreas, nomeadamente a portuguesa TAP, já tinham restringido o pagamento em kwana a viagens, apenas com origem em Luanda, devido à falta de divisas. A falta de passageiros, entretanto, acentuou o problema, chegando a afectar inclusivamente a companhia aérea angolana, TAAG.

Em Julho do ano passado, a TAAG havia igualmente suspenso, para um período de três meses, os voos para o Dubai (Emirados Árabes Unidos) e reduziu os voos para São Paulo (Brasil). A redução da taxa de ocupação esteve na base da decisão do Conselho de Administração da companhia.

Os aparelhos operados na rota Luanda-Dubai, do tipo Boeing 777-300 com mais de 200 lugares, estavam a transportar na ligação entre Luanda e o Dubai menos de 50 passageiros, segundo informou o porta-voz da empresa, Carlos Vicente.

No ano passado, a companhia aérea lusa, TAP, anunciou, pela primeira vez desde 2009, prejuízos nas suas receitas, motivado pela falta de passageiros nos seus dois principais mercados: Brasil e Angola.

Num comunicado, distribuído à imprensa, a empresa admitia impactos "da crise económica e política do Brasil", referindo que provocou "não só uma quebra do volume de tráfego, mas também uma redução significativa da tarifa média".

E acrescentava que, "embora em menor escala, a contracção da economia angolana influenciou também negativamente as ligações aéreas".

A TAP adiantou ao jornal O Público que transportou 11,3 milhões de passageiros em 2015, o que representou uma queda de 0,8% face ao ano anterior, em que tinha registado um aumento de 6,5% para 11,4 milhões.

A retracção na procura reflectiu-se nas receitas da transportadora aérea, que desceram 3,7% no ano passado, para 2.398 milhões de euros (menos 91,4 milhões do que em 2014). Mas, além da redução do tráfego, houve também um contributo negativo em nível das tarifas, que caíram 4,3%.

O anúncio de que a companhia espanhola suspenderia a rota Madrid/Luanda e vice-versa surgiu no início da semana passada. Em comunicado de imprensa, a empresa informou que "a decisão deriva da actual situação económica de Angola, na sequência da quebra dos preços do barril de petróleo, e da subsequente falta de divisas".

A companhia reforçou que "a ligação entre Luanda e Madrid tem tido ultimamente um número reduzido de passageiros, situação que não se enquadra com os encargos fixos associados a esta rota".

"Os nossos clientes estão a ser reembolsados ou encaminhados para outras companhias, de acordo com as suas necessidades", garantiu o representante da companhia em Angola, Joy A. Horrik Kupuiya.

A Ibéria deu início às operações comerciais entre as cidades de Madrid e Luanda, em Maio de



A PETROLÍFERA norte-americana Cobalt International anunciou uma descoberta “significativa” de condensados e gás natural no poço de exploração Zalphus n.º1, situado no bloco 20.



QUANTUM GLOBAL, grupo empresarial de origem suíça, pretende investir 50 milhões de dólares, em plantações de árvores para transformação em fibra de madeira. A operação deverá ocorrer no Huambo.

Isabel dos Santos



Mário Muijates © VE

NOVO HIPERMERCADO EM LUANDA

Isabel dos Santos lança hipermercado ‘Candando’

DISTRIBUIÇÃO. Investimento da empresária angolana na distribuição surge após a ruptura das negociações com a empresa portuguesa que detém, em Portugal, a rede de hipermercados Continente.

Por Valdimiro Dias

A

inauguração do hipermercado Candandu, o primeiro de uma cadeia de superfícies comerciais a ser lançada pela Condis, de Isabel dos Santos, está marcada para amanhã,

na zona de Talatona, em Luanda.

Com uma área aproximada de 10 mil metros quadrados, a superfície deve criar 750 empregos directos, estando o ‘corte de fita’ reservado ao ministro do Comércio, Fiel Constantino, segundo uma nota da empresa.

O novo espaço integra um investimento global de 400 milhões de dólares que será aplicado, em cinco anos, na construção de 10 hipermercados pela Condis que espera criar,

até 2020, 7500 empregos directos.

O português Miguel Osório é o responsável pelo projecto, recrutado por Isabel dos Santos, após o anúncio do fim da parceria entre a Condis e a Sonae, empresa do português Belmiro de Azevedo, que previa a construção de cinco hipermercados Continente em Angola.

Miguel Osório, que preside à comissão executiva da Condis, justifica o investimento, por entender que o mercado de distribuição em Angola ainda “não satisfaz os consumidores exigentes e com expectativas elevadas de entrada de novas marcas”. No longo prazo, a meta passa pela liderança do mercado alimentar e não alimentar, mais especificamente num intervalo de 10 anos, como nota a empresa que diz querer “atrair e conquistar a confiança dos angolanos”.

MAIS PORTAS ABERTAS NA EUROPA

Angolanos procuram negócios em Espanha

Por Valdimiro Dias

No próximo mês de Outubro, vários empresários angolanos vão juntar-se, em Valência, Espanha, com investidores locais, no fórum ‘Descobrir Angola’ que pretende “constituir-se numa oportunidade para o estabelecimento de parcerias e investimentos” entre os dois países.

A revelação é de José Vicente Muratha, presidente da Câmara de Comércio e Indústria de Valên-

cia, instituição que vai organizar o evento e que trouxe vários empresários a Angola, a convite da Agência de Promoção de Investimento e Exportação (APIEX), para explorar oportunidades de negócio.

Durante duas semanas, a comitiva empresarial valenciana manteve vários encontros com autoridades governamentais e deslocou-se a Malange, onde manifestou interesse pelos sectores da agricultura, indústria alimentar e logística, numa reunião com cerca de 50 empresários locais.

A saúde e o turismo integram as áreas exploradas pelos empresários espanhóis. No turismo, o ministro Paulino Baptista mencionou que, para o desenvolvimento do sector, foram priorizadas áreas como Kalandula, Cabo-Ledo e o polo Okavango-Zambeze. No caso da saúde, os ibéricos apresentaram ao minis-

tro Luís Gomes Sambo diferentes sistemas de gestão de saúde que podem melhorar o sistema nacional, com menos custos. As propostas juntam a construção de unidades hospitalares de referência no país, à semelhança dos hospitais CUF, que existem em Portugal.

A região de Valência possui um grande peso na economia do Reino de Espanha. Os principais indicadores referem que a região conta com cinco milhões de habitantes, recebe 6,5 milhões de turistas por ano e tem instaladas 340 mil empresas. A média de exportação, em termos nominais, está estimada em 28 mil milhões de euros por ano, o que para, para José Vicente Muratha, faz de Valência uma economia com força para apostar em Angola. A região é o principal ponto de entrada da madeira comprada de toda África.



José Vicente Muratha, presidente da Câmara de Comércio de Valência

Mário Muijates © VE

(In)formalizando

EM CAUSA A PROTECÇÃO DA INDÚSTRIA SIDERÚRGICA

Governo proíbe exportação de sucatas este ano

DECRETO. O Ministério da Indústria proibiu a exportação da matéria-prima para este ano económico. A medida consta de um despacho publicado em Diário da República.



As sucatas são vendidas a preços muito mais baixos do que valem

Por Isabel Dinis

A exportação de sucatas ferrosas e não ferrosas está proibida em 2016, segundo um despacho do Ministério da Indústria, de 22 de Abril, que justifica a medida com a necessidade de protecção da indústria siderúrgica.

O ministério dirigido por Bernarda Martins explica, no despacho publicado em Diário da República, que os agentes comerciais insistem na exportação de sucata à margem das normas, “o que constitui uma ameaça ao desenvolvimento e fun-

cionamento da indústria siderúrgica nacional”.

Fonte do Ministério, ouvida pelo VALOR, caracteriza a medida como “uma atitude preventiva, em defesa dos investimentos privados nacionais”, mas adianta que os preços a que as sucatas são comercializadas para o exterior contribuíram também para a decisão. “São vendidas a preços muito mais baixos do que realmente valem”, esclarece, insistindo, no entanto, que a protecção dos investidores nacionais foi a razão decisiva, já que havia o risco de estes ficarem “expostos à falta de matéria-prima”, uma situa-

ção que colocaria Angola na condição de importador. “Apesar de o país estar carente de divisas, o Governo está a valorizar a produção nacional para que a sucata não seja exportada, mas sim o varão de aço”, nota a fonte que compara: “Uma sucata, se for vendida, rende divisas; mas, se for transformada, rende emprego e valor acrescentado sobre a transformação do produto em varão de aço, que, sendo utilizado na construção, pode ser facilmente exportado e gerar divisas com muito mais valor”.

A primeira proibição da exportação da sucata deu-se em 2011 e

estendeu-se até ao final de 2014, altura em que o Governo voltou a permitir as vendas deste material para o exterior.

ESTRANGEIROS DOMINAM

A compra de sucatas em Luanda, no mercado informal, é um negócio fomentado maioritariamente por estrangeiros, como malianos, libaneses e gambianos. O mercado é considerado rentável para alguns deles e vale de acordo com o peso da mercadoria.

Alguns comerciantes preferem ir atrás da mercadoria, batendo de porta à porta e pagando valores que variam entre 100 e 500 kwanzas. Os produtos vão desde geradores estragados, baterias, viaturas danificadas, peças, restos de matérias de construção entre outros. O produto é adquirido e depois pesado em balanças para ser vendido a empresas nacionais ou ser exportado para países vizinhos.

CINCO SIDERURGIAS

A primeira siderurgia de Angola, denominada Sociedade Angolana de Siderurgia, foi criada em 1956. A unidade industrial é controlada, desde 2005, por um consórcio composto por duas empresas, uma nacional e outra chinesa. A indústria da siderurgia nacional é sustentada por cinco empresas, a maior das quais tutelada pelo grupo ADA-ACERIA de Angola e inaugurada em Dezembro, do ano passado. A fábrica conta com uma capacidade para produzir até 500 mil toneladas de aço por ano e o investimento está avaliado em 300 milhões de dólares.

500

kwanzas, valor máximo de venda de sucatas no mercado informal.

5

Número de siderurgias a funcionar actualmente em Angola.



PRODUÇÃO

Ministro Pedro Canga promete apoio

O ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Afonso Pedro Canga, prometeu a semana passada, no Huambo, conceder mais incentivo aos camponeses nas próximas campanhas agrícolas, visando o aumento da produção.

Afonso Pedro Canga fez essas declarações durante o acto de abertura de colheita da campanha agrícola 2015/2016, no Lundimbali, tendo assinalado que o Governo mantém a aposta na revitalização do sector agrícola nos planos de diversificação da economia nacional.

O titular da pasta da Agricultura e do Desenvolvimento Rural declarou ainda que os programas traçados para alavancar a agricultura passam pela distribuição, para as próximas épocas, de fertilizantes, sementes e instrumentos de trabalhos aos camponeses, quer associados, quer individuais.

Afonso Canga disse que, em função da crise, “é imperioso o aumento da produção agrícola, para que o país deixe de importar produtos de primeira necessidade”. O responsável adiantou que o Ministério da Agricultura vai manter parcerias com as instituições bancárias e afins, para garantir os créditos agrícolas e outros benefícios aos empresários “a fim de se desenvolverem”.

Indústria siderúrgica

Empresa	Provincia
ADA-ACERIA de Angola	Bengo
Best Angola Metal	Luanda
Delta Steel Mill	Luanda
Fabrimetal	Luanda
Sociedade Angolana de Siderurgia (Siderurgia Nacional)	Luanda

É GEOCIENTISTA? GEO-ENGENHEIRO? ESTÁ EM FORMAÇÃO?

REGISTE-SE EM

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**E FAÇA PARTE DA BOLSA
DE QUADROS DO PAÍS**

O Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO) é o maior investimento global jamais feito no nosso país no domínio das geociências, visando a actualização do conhecimento geológico nacional.

QUEM SE DEVE CADASTRAR?

Quadros técnico-profissionais e superiores e estudantes de:

Geologia, Hidrogeologia, Hidrologia, Geofísica, Engenharia Geográfica, Geodesia e Cartografia, Topografia, Geoquímica.

Engenharia de Minas, Laboratório, Matemática, Física, Química, Mineralogia e Petrografia, Sondagem, Geotécnica, Geocronologia e Paleontologia, Ciências Ambientais, Soldadura para a Mineração.

Computação, Gestão Mineira, Gestão Ambiental, Geologia Económica, Economia Mineira, Direito Mineiro.

PREENCHA O FORMULÁRIO DISPONÍVEL NO SITE

<http://quadros.mgm.gov.ao>

**1129 QUADROS
NACIONAIS JÁ SE
CADASTRARAM**

**A COMPETÊNCIA AO SERVIÇO DO PLANAGEO
E DA DIVERSIFICAÇÃO DA ECONOMIA**



Contacto: quadros@mgm.gov.ao | +244 916 532 964

Política de privacidade O Ministério da Geologia e Minas garante que os dados que se registam durante o cadastramento serão utilizados apenas para questões estatísticas do conhecimento dos quadros.

DE JURE

SINDICATOS NÃO 'DESARMAM'

Lei Geral do Trabalho vai a disputa em tribunal

TRABALHO. Sindicatos insistem que a lei aprovada no ano passado é inconstitucional, porque viola direitos fundamentais dos trabalhadores.

Por José Zangui

A Lei Geral do Trabalho pode ser alterada, antes de completar um ano de vigência. A proposta de revisão é da Central Geral de Sindicatos Independentes e Livres de Angola (CGSILA) que solicitou um parecer

jurídico a especialistas em direito de trabalho. A UNTA-Confederação Sindical também alinha por considerar uma luta pelos direitos dos trabalhadores. O secretário-geral, Manuel Viage, lembra que a única lei que não pode ser alterada antes de completar cinco anos é a Constituição, “os demais diplomas desde que violem princípios podem ser revistos”.

Das 20 propostas que o Governo havia apresentado para a discussão pública, três dividiram as opiniões, nomeadamente as regras de flexibilidade do contrato, o alargamento dos prazos dos contratos por tempo determinado e a matéria sobre as indemnizações e compensações. Ainda assim, a lei foi aprovada em Setembro sem

consenso entre as duas principais partes interessadas.

Para os sindicatos o que está em causa é a estabilidade do emprego e a valorização do empregado. “Consideramos que as relações jurídico-laborais devem primar pelos contratos indeterminados, bem como pelos sistemas de protecção laboral e profissional que desencorajam os despedimentos sem justa causa”, insiste o secretário-geral da UNTA-CS, Manuel Viage.

A Constituição não dá legitimidade aos sindicatos para, junto dos tribunais, requerer a inconstitucionalidade de leis. Essa competência é reservada ao Presidente da República, aos grupos parlamentares, à Ordem dos Advogados, ao



Francisco Jacinto,
secretário-geral
da CGSILA

Provedor de Justiça e à Procuradoria-Geral da República. Por isso, o secretário-geral da CGSILA, Francisco Jacinto, explica que já procurou uma destas entidades competentes para fazer chegar o documento ao Tribunal Constitucional. “Tudo está preparado para que, dentro de 40 dias, o requerimento dê entrada ao Tribunal Constitucional”, antecipa,

indicando que há outro “dossier que deverá ser remetido ao Presidente da República. Para já antes do pronunciamento do Presidente da República, a CGSILA descarta qualquer negociação com o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança (MAPTSS), por considerar que aquele departamento ministerial “ignora os sindicatos”.

TRANSPORTES MARÍTIMOS

Novas regras sobre lotação de navios já em vigor

Está em vigor, desde o passado dia 14 de Abril, o Regulamento sobre a Lotação de Segurança de Navios e Embarcações, que revogou toda a legislação que contrarie as novas regras.

O diploma em causa não é aplicável às embarcações pertencentes às Forças Armadas Angolanas (FAA) e aos Serviços de Segurança Interna. Dessa lista

fazem ainda parte as embarcações da Administração Marítima Nacional e de outros órgãos do Estado, com atribuições de fiscalização marítima e as embarcações de recreio.

As novas regras determinam que “as lotações fixadas à data da entrada em vigor do presente diploma devem ser oficiosamente revistas pelos capi-

tães dos portos até ao dia 11 de Outubro de 2016, emitindo o novo certificado”.

As embarcações nacionais não podem navegar sem ter a bordo a tripulação que constitui a sua lotação de segurança e que consta do respectivo certificado de lotação, do qual deve constar também o número máximo de pessoas que podem estar a bordo,



com a embarcação a navegar. Segundo o novo diploma, a lotação de segurança de um navio ou de uma embarcação é fixada, tendo em consideração, nomeadamente a área de navegação e o tipo de actividade a que se destina, para além da qualificação profissional dos tripu-

lantes. Deverá ter ainda em conta o tipo, as características e os requisitos técnicos do navio ou embarcação e dos respectivos equipamentos, em particular o grau de automação da máquina principal e a existência de meios auxiliares de navegação e de manobra.



CONCERA

- ✓ Betão Pronto
- ✓ Pré-fabricados de Betão
- ✓ Pré-esforçados Ligeiros
- ✓ Betuminoso
- ✓ Aluguer de Equipamentos



✓ BETÃO PRONTO

- Classes de betão correntes
- Classes de betão especificadas

Para satisfazer as necessidades dos clientes, a Concera, S.A. produz, fornece e disponibiliza o serviço de bombagem do betão pronto, de acordo com as normas em vigor, tipos e classes especificadas.



✓ PRÉ-FABRICADOS DE BETÃO

- Blocos
- Abobadilhas
- Lancil
- Pavê
- Lajetas
- Manilhas
- Grelha de enrelvamento
- Tubos
- Cones
- Caixas de visita

✓ PRÉ-ESFORÇADOS LIGEIOS

- Vigotas
- Painel e Laje Alveolar
- Laje TT
- Ripas

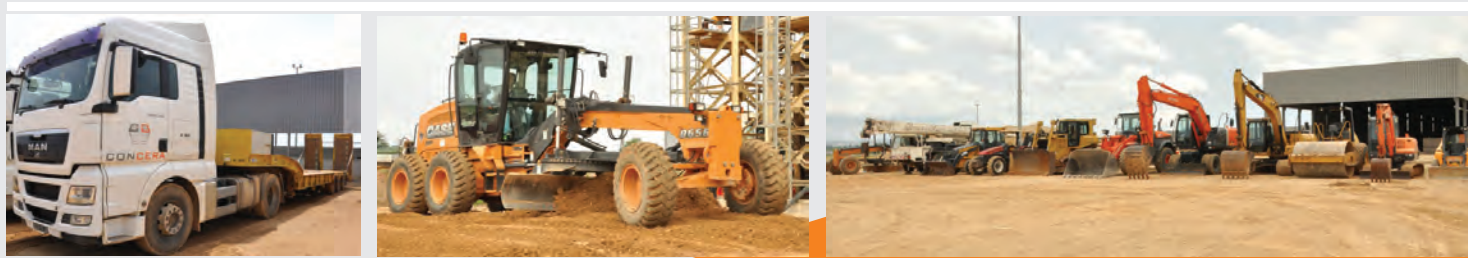
✓ BETUMINOSO

- Massas Asfálticas
- Aplicação de Massas Asfálticas



✓ ALUGUER DE EQUIPAMENTOS

- Máquinas para Movimentação de Terras
- Equipamentos de Movimentação de Cargas
- Transportes de Cargas e Equipamentos



Estrada das Terras Verdes
km 1 Caope Velha Funda - Cacuaco - Luanda
Escritório: (+244) 928 981 644
comercial@concerangola.co.ao | www.concerangola.co.ao

Gestão

O SEGUNDO MAIS RICO DO MUNDO

Carlos Slim: o homem dos monopólios

FORTUNA. A estratégia de Carlos Slim sempre obedeceu ao princípio de aproveitar oportunidades e esmagar a concorrência. Construiu uma fortuna colossal, montou monopólios e hoje gere mais de 200 empresas em vários países.

Por Emídio Fernando



A história do multimilionário Carlos Slim confunde-se, um pouco, com a lenda. O próprio conta que aos oito anos já andava com um caderninho, mas para fazer a contabilidade às vendas da rua que ia conseguindo. Aos 12, já comprava acções no Banco Nacional do México, que ia actualizando.

A propensão para os negócios começou assim de uma forma prematura, numa criança que nem precisava de se esforçar para ter dinheiro. O pai, Julian Slim, era um rico imigrante libanês que fez fortuna com uma loja chamada 'A Estrela do Oriente'. Mas morreu quando o jovem Carlos tinha apenas 13 anos.

Toda a vida foi conduzida para fazer negócios e aproveitar as oportunidades. Mal terminou a formação

em engenharia civil, na Universidade Autónoma do México, abriu uma correctora para investir na recém-formada Bolsa, enquanto ensinava álgebra na universidade. Quando se casou, aos 26, já tinha comprado um terreno com a promessa de construir uma casa. Mas optou por erguer um prédio e ocupar um dos apartamentos. Os restantes colocou-os à venda e para arrendar, fundando uma imobiliária.

Aos 76 anos, controla mais de 200 empresas de telecomunicações, tabaco, construção civil, mineradoras, bicicletas, refrigerantes, companhias aéreas, hotéis, ferrovias, bancos e gráficas. No total, as suas empresas correspondem a cerca de um terço do valor de mercado da principal bolsa do México e tem uma fortuna avaliada em 7% da produção total económica anual do país. Há uma frase, colocada num restaurante na cidade

do México, fotografada por uma reportagem do Wall Street Journal, que define a importância de Slim na economia mexicana: "Este restaurante é o único lugar no México que não pertence a Carlos Slim".

Por isso, analistas económicos e a Forbes, que o coloca como o segundo homem mais rico do mundo a seguir a Bill Gates, definem-no como o 'Sr. Monopólio'. Ele, no entanto, rejeita o rótulo.

Apesar de reconhecer que "perdeu a conta" aos negócios que tem, o bilionário garante "gostar da concorrência", que ela "é sempre necessária", lembrando que as suas empresas têm sucesso em mercados competitivos e que até operam entre São Francisco, nos EUA, a São Paulo, no Brasil.

Apesar de lhe ser inato o jeito para os negócios, Carlos Slim encaixa-se na cultura mexicana em que o sucesso empresarial depende das ligações políticas. O seu enriquecimento ultra rápido começou em 1988 com a eleição de Carlos Salinas, amigo de longa data. Quando o presidente privatizou as principais empresas estatais, a maior fatia, sobretudo a telefónica Telmex, foi parar às mãos de Slim. Mas já antes tinha investido em empresas de construção e em minas.

O grande 'salto' foi dado na década de 1980, quando a economia mexicana sofreu um duro golpe com a queda do preço do petróleo. Slim apostou numa série de empreendimentos em baixa, adquirindo empresas de alumínio, cadeias de hotéis, fábricas de cigarros e até indústrias químicas. "Os países não quebram", repetia ele, para justificar os investimentos.

Tanto nessa altura, como agora, a estratégia foi sempre a mesma: compra empresas a baixo custo, recupera-as e 'esmaga' a concorrência. Por exemplo, quando comprou a Telmex, resolveu, de imediato, adquirir uma das fornecedoras de cabos de cobre usados pela telefónica. Resultado: a outra empresa foi obrigada a entregar-se às mãos de Slim.

Hoje, tem investimentos em companhias no Brasil, Argentina, Colômbia, Chile, Peru, Guatemala, Equador, Honduras, Nicarágua, El Salvador, Canadá e EUA, em negócios que vão das tecnologias à comunicação social.

Tem uma fortuna avaliada em cerca de 78 mil milhões USD e criou mais de 217 mil empregos directos.

Apesar da fortuna, é considerado um homem modesto. Só usa roupa e telefones das suas empresas, tem um escritório simples num andar de um prédio, decorado com quadros de paisagens mexicanas.

100.000

BOAS NOTÍCIAS PARA ANGOLA: CHEGAMOS A TODAS AS PROVÍNCIAS.

Nova *Gazeta*

100 MIL. SEM CUSTO.

www.novagazeta.co.ao

Turismo sustentável



Miguel Fernando

Prof. Dr. Engº (Ph.D.)

Segundo a Organização Mundial do Turismo (O.M.T), o turismo sustentável é aquele que salvaguarda o ambiente e os recursos naturais, ou seja, o que é capaz de satisfazer as necessidades das presentes e futuras gerações.

Em Angola, o turismo sustentável deve, acima de tudo, buscar a compatibilização entre os anseios dos turistas e os das comunidades locais receptoras, garantindo a protecção do meio ambiente, mas também estimulando o desenvolvimento da actividade em consonância com a sociedade local.

Desenvolver o turismo de forma sustentável implica desenvolver acções que sejam socialmente justas, economicamente viáveis e ecologicamente correctas.

A infraestrutura deve ser concebida e as actividades turísticas programadas de forma que seja protegido o património natural constituído pelos ecossistemas e pela biodiversidade, e que sejam preservadas as espécies ameaçadas da fauna e da flora selvagens. Os agentes do desenvolvimento turístico, principalmente os profissionais angolanos, devem permitir que sejam impostas limitações ou obstáculos às suas actividades, quando elas forem exercidas em zonas particularmente sensíveis: regiões desérticas, ou de elevadas montanhas, zonas costeiras, florestas tropicais ou zonas húmidas, propícias à criação de parques naturais ou reservas protegidas. O conceito de sustentabilidade deve ser entendido como princípio fundamental na reformulação do planeamento turístico nacional. Face à sua relevância como elemento orientador do modelo de desenvolvimento turístico desejado. As relações entre turismo e sustentabilidade devem ser abordadas por meio dos princípios que norteiam o entendimento dos seus distintos campos. Para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, esses princípios são os seguintes: Sustentabilidade ambiental; Sustentabilidade económica; Sustentabilidade sociocultural e Sustentabilidade política-institucional.

O que se espera é que cada região, província, município e comunidade local, planeie e decida seu próprio futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade económica, ambiental, sociocultural e político-institucional.



tico-institucional.

Impacto do turismo sustentável

O turismo sustentável surge como alternativa ao turismo de massa, pois tem a preocupação com a quantidade de pessoas que irá visitar as regiões receptoras. Neste sentido, o planeamento e a gestão do turismo devem estar atentos às questões ambientais, culturais e sociais, buscando minimizar os impactos da actividade e fazendo com que os moradores locais estejam inseridos económica e socialmente.

O empreendedor turístico, através do planeamento, deve assim buscar soluções que contribuam para a sustentabilidade da sua actividade e da sociedade, gerando desta forma benefícios não somente para os seus clientes, mas também para o local no qual está inserido. Para tanto, o empreendedor deverá buscar alternativas que minimizem o seu impacto, como reuso de água, economia de energia e água, dentre outros.

Factores primordiais a serem observados no planeamento do turismo em Angola: Desenvolver estruturas compatíveis com o meio ambiente em que se quer instalar e Demonstrar ao seu cliente o perfil de turismo que se pretende desenvolver.

As modalidades de turismo podem colaborar com o desenvolvimento sustentável do turismo em Angola

O turismo de natureza, turismo rural e ecoturismo são consideradas modalidades de turismo que são mais sustentáveis, pois desenvolvem-se em harmonia com o local. Contudo, o turismo de forma sustentável deve ser

desenvolvido no nosso país por todos, pois o não atendimento a essa nova realidade fará com que muitos destinos e empreendimentos estejam condenados economicamente, tendo em vista que perderão a sua atractividade, em virtude dos impactos negativos causados pelo seu empreendimento. Este facto já é observado em vários lugares, justamente por não haver políticas públicas e comprometimento das empresas com efectiva sustentabilidade do turismo.

UM MODELO PRÓPRIO

O modelo do turismo de gestão descentralizada pode ser implantado no país pelo Ministério da Hotelaria e Turismo, apoiado pelos seus parceiros. O modelo permite que cada região busque as suas próprias alternativas de desenvolvimento, de acordo com as suas especificidades. Regionalizar não é apenas o acto de agrupar províncias, municípios e comunidades locais com relativa proximidade e similaridades. É construir um ambiente democrático, harmónico e participativo entre poder público, iniciativa privada, terceiro sector e comunidade. É promover a integração e cooperação intersectorial, com vista à sinergia na actuação conjunta entre todos os envolvidos directa e indirectamente na actividade turística de uma determinada localidade.

Diante disso, o que se espera é que cada região, província, município e comunidade local, planeie e decida seu próprio futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade económica,

ambiental, sociocultural e político-institucional. O nosso Modelo sustentável próprio tem, como objectivo, subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, possibilitando a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional. Para tanto é necessário perceber o turismo como actividade económica capaz de gerar postos de trabalho, riquezas, promover uma melhor distribuição de renda e a inclusão social.

O que se apresenta como nosso Modelo do turismo sustentável em Angola são direccionamentos para promover o desenvolvimento regionalizado entre províncias, municípios e comunidades locais como estratégia de agregação de valores do cidadão, da sua cultura, das suas produções, dos seus saberes e fazeres, propiciando a integração de todos os sectores económicos e sociais em prol de um objectivo comum: melhorar a qualidade de vida das populações receptoras e dinamizar a economia do país. Todas as dimensões da realidade (económica, social, cultural e histórica) devem ser contempladas pelas políticas públicas ligadas ao turismo.

O Ministério da Hotelaria e Turismo pode empreender um grande esforço nesse sentido, com a delimitação e o ordenamento dos diversos segmentos do turismo, sobretudo, subsidiar todos esses segmentos, na medida em que toda a actividade turística deve ter, como princípio, a sustentabilidade ambiental, económica, sociocultural e político-institucional e oferecer as bases para a elaboração, implementação, gestão e acompanhamento de políticas públicas na área de turismo, levando em consideração a necessidade de que tais políticas sejam realizadas com sustentabilidade. A sua finalidade é a de orientar as reflexões e as acções de todos os actores envolvidos com a actividade turística, buscando harmonizar a força e o crescimento do mercado com uma melhor distribuição da riqueza.

Internacional

CASAS DE APOSTAS COM DIFICULDADES PARA PAGAR

O 'milagre' da multiplicação de Leicester

FUTEBOL. Quem apostou em Setembro apenas 55 dólares na vitória do Leicester no campeonato inglês vai receber 265 mil dólares. As casas das apostas já fizeram as contas: vão ter de pagar, no total, quase sete milhões de dólares.

Por Emídio Fernando

O futebol tem destas surpresas: uma equipa pequena superar-se e conseguir vencer um disputadíssimo campeonato com Arsenal, Manchester (United e City), Chelsea, Liverpool e

Tottenham. Em Inglaterra, a 'febre' do futebol tem um irmão gémeo: a das apostas. Todos os anos, milhões de pessoas apostam no vencedor da liga mais disputada do mundo. Quem aposta nas equipas favoritas, arrisca-se a ganhar... mas pouco. Quem aposta nas mais pequenas, quando ganha fica... rico. Foi o que aconteceu com um jovem de nome Andrew que o jornal britânico Daily Mail revela: há anos que faz uma aposta religiosa no seu clube do coração,



O Leicester surpreendeu o mundo das apostas ao vencer a liga inglesa

o Leicester. Nunca acertou, aliás, o clube até andou pelas ruas da amargura. Este ano, o jovem vai receber uma fortuna, cujo montante não quis revelar.

O diário conta ainda que a maior aposta no Leicester foi colocada em Agosto: 55 USD. O feliz apostador vai receber 265 mil USD. A cotação do Leicester andava pelos 1-500. Ou seja, por cada libra apostada, a vitória daria 500 libras (700 USD),.

A vitória rendeu aos apostadores

sete milhões de dólares, pagos pela principal casa, a Sky Bet. Antes do final da Liga, um dos responsáveis da Sky Bet, Sandro Di Michele, já previa a 'catástrofe': "Será terrível para nós, pois perderemos acima dos sete milhões de dólares se eles forem campeões. Contudo, será um dos maiores feitos da história da Premier".

O Leicester venceu mesmo o campeonato, abanou as apostas no Reino Unido e subiu de cotação. No próximo ano, a história será outra.

COREIA DO NORTE

Partido em congresso

O Partido dos Trabalhadores da Coreia do Norte está em congresso, o primeiro em 36 anos, e que começou na sexta-feira e deve durar mais de cinco dias.

No país considerado um dos mais pobres e mais fechados do mundo, o partido, que governa desde sempre, quer reforçar o poder e a imagem de Kim Jong-un como "líder todo-poderoso".

A reunião pode permitir vincar as duas grandes prioridades do governo: a aposta no crescimento económico e a consolidação da imagem do país como potência nuclear. Mas não será tarefa fácil. Pyongyang continua a apostar no desenvolvimento de armas nucleares e dificilmente conseguirá ver levantadas as sanções internacionais. O único aliado é a China: 90% das relações comerciais da Coreia do Norte são com o vizinho que, nos últimos tempos, também tem manifestado desagrado com os testes nucleares de Pyongyang.

O congresso esteve a ser preparado durante 70 dias, envolvendo três milhões de habitantes que participaram numa 'campanha de lealdade', que começava às 5h da manhã.

Kim Jong-un ascendeu ao poder em 2012, depois da morte do pai, Kim Jong-il, em Dezembro de 2011.



Donald Trump vai disputar as presidenciais nos EUA

REPUBLICANOS NOS EUA JÁ TÊM CANDIDATO

Trump sem apoios de peso

Depois das desistências dos candidatos John Kasich e Ted Cruz, o bilionário Donald Trump passou a ser oficialmente o único candidato republicano à Casa Branca, mas não evita as polémicas. A família Bush, com dois ex-presidentes e um senador, revelou

que não vai apoiar Trump. "Aos 91 anos, o presidente Bush está retirado da política", lembrou o porta-voz Jim McGrath, ao The Texas Tribune, apesar de ter participado na pré-campanha do filho Jeb Bush nas primárias. Um dos assistentes de George W. Bush, Freddy Ford, também explicou que o ex-presidente "não planeia participar nem fazer qualquer comentário sobre a corrida presidencial".

Os Rolling Stones proibiram a campanha de Trump de usar as músicas do grupo. Formalmente, Donald Trump deve ser nomeado candidato presidencial na convenção do Partido Republicano, agendada para meados de Julho.

As eleições estão marcadas para 8 de Novembro e Donald Trump deve disputar o lugar com a provável candidata democrata, Hillary Clinton.



O ESCRITÓRIO Mossack Fonseca, centro dos denominados 'Documentos do Panamá', pediu ao consórcio jornalístico que revelou informação sobre 'offshore' que não publique a totalidade da sua base de dados.



O PRESIDENTE da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, admitiu que a União Europeia "não tem uma visão coerente e está a ser minada pelos interesses nacionais dos seus 28 membros".



Por pagar férias aos trabalhadores, Li Jinyuan é um modelo para patrões



FUNCIONÁRIOS COM FÉRIAS PAGAS

O melhor patrão

O fundador do grupo chinês Tiens, Li Jinyuan, dispôs-se a desembolsar mais de oito milhões de dólares para levar 2500 funcionários de férias a Espanha. O empresário arrisca-se a ser considerado o "melhor patrão do mundo", depois de ultrapassar o norte-americano Dan Price que aumentou o salário mínimo dos trabalhadores para mais 4.300 dólares.

O patrão do grupo Tiens detém uma das 30 maiores fortunas da China. Freteu 20 aviões, quatro comboios de alta velocidade e 70 autocarros e reser-

vou 1650 quartos. Os turistas chineses vão ficar até amanhã (terça-feira) em Espanha, com a oportunidade de conhecerem Madrid, Toledo e Barcelona, assistirem a um espetáculo taurino e verem lojas.

Li Jinyuan costuma oferecer férias aos funcionários no aniversário da companhia. Desta vez, assinala também os 42 anos de relações diplomáticas entre a China e Espanha.

Há um ano, Li Jinyuan gastou 16 milhões de dólares e levou 6700 funcionários a França. Antes, estiveram em Moscovo, onde foram recebidos por Mikhail Gorbachev. Na África do Sul, foram recebidos por um neto de Nelson Mandela e no Vietname pelo vice-presidente.

MOÇAMBIQUE EM CRISE POLÍTICA E ECONÓMICA

À beira da pobreza extrema

Cerca de 30% do Orçamento do Estado de Moçambique é financiado por doadores, conclui um estudo do Wall Street Journal, baseado em relatórios do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial (BM). Os dados reduzem ainda a perspectiva da capacidade do país de captar financiamentos externos.

No mês passado, o FMI detetou a existência de 1.600 milhões de dólares em empréstimos não declarados de empresas estatais. De imediato, suspendeu o pagamento de uma tranche de 55 milhões de dólares

de um empréstimo de 286 milhões. Também o BM anunciou a suspensão de um apoio directo ao Orçamento de Moçambique, apesar de ter continuado a financiar projectos individuais.

A crise económica e política, com as ameaças da Renamo e a seca, fez o país recuar uns anos. Volta-se a falar de pobreza extrema e fome. O governo decretou o Estado de 'alerta vermelho' e disponibilizou sete milhões de dólares para ajuda alimentar. No entanto, o director-geral do Instituto Nacional de Gestão das Catástrofes, João Machatine, revelou, há uma semana, que o país precisa de 11 milhões de dólares, um valor bem superior ao disponibilizado.

As Nações Unidas apontam para

uma estimativa bem mais elevada: cerca de 250 milhões de dólares, dos quais, apenas 7% estavam garantidos. Com a saída do FMI e do BM, resta pouca margem de manobra para que Moçambique possa garantir financiamentos internacionais.

Além disso, conta o jornal Financial Times, alguns investidores internacionais em títulos de dívida soberana admitem avançar com uma acção judicial para serem indemnizados por considerarem que não receberam detalhes suficientes sobre a dívida pública do país. O jornal cita um grupo informal de investidores que aceitaram trocar as obrigações da Empresa Moçambicana de Atum (Ematum) por títulos de dívida soberana de Moçambique.



Moçambique volta a viver uma crise económica

EDUARDO CUNHA PERDE MANDATO

Líder anti-Dilma afastado

Foi a 'estrela' na luta contra Dilma Roussef, mas acabou por 'cair'. Eduardo Cunha foi afastado da presidência da Câmara dos Deputados do Brasil por uma providência cautelar do Supremo Tribunal Federal (STF). O líder

dos deputados, eleito pelo Partido do Movimento Democrático do Brasil (PMDB), vai recorrer da decisão.

O juiz Teori Zavascki atendeu ao pedido do Procurador-Geral da República (PGR), Rodrigo Janot, que apresentou uma denúncia acusando Eduardo Cunha de tentar interferir na 'Operação Lava Jato', que investiga um mega esquema

de corrupção em várias empresas e dezenas de políticos, em que ele está incluído.

O PGR justificou o pedido com o argumento que Eduardo Cunha se valia do cargo de presidente da câmara baixa do Congresso Nacional para limitar deputados e atrapalhar o processo de cassação do seu mandato que está a ser avaliado pelo Conselho de Ética.



Eduardo Cunha expulso da câmara dos deputados

Ambiente

AVANÇA RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL

Escassez de água pode afectar economia angolana até 2050

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS. Banco Mundial (BM) prevê um “cenário danoso” para algumas economias do mundo, decorrente de mudanças climáticas que deverão impactar, em primeiro lugar, no ciclo da água, com consequências na alimentação, energia, sistemas urbanos e ambientais.

Por *Redacção

Algumas regiões do mundo, incluindo a África central onde se situa Angola, poderão ver as suas taxas de crescimento cair até 6% do PIB, até 2050, caso nada seja feito para melhorar as políticas de gestão da água, alerta um estudo do BM.

Num relatório intitulado ‘High and Dry: Climate Change, Water and the Economy’, recentemente publicado, a instituição antecipa que “o crescimento das populações, com maiores rendimentos e em cidades cada vez maiores, irá resultar num aumento exponencial das necessidades de água, que será mais errática e incerta”.

A redução da água doce disponível e a competição por parte de sectores como a energia ou a agricultura poderão deixar as cidades, em 2050, com até menos dois terços da água que tinham, em 2015.

Segundo estimativas do BM, se as políticas de gestão da água se mantiverem como estão e se os modelos climáticos se confirmarem, a escassez deste líquido irá estender-se a regiões onde actualmente não existe, como a África central e a Ásia oriental - e piorar gravemente nos locais onde já é uma realidade, como o Médio Oriente e o Sahel, em África.

Estas regiões, segundo o relatório, poderão ver as suas taxas de crescimento económico cair em até 6% do Produto Interno Bruto (PIB) até 2050, devido aos efeitos da escassez



Água vai ser um bem mais precioso e escasso até 2050

de água na agricultura, na saúde e nos rendimentos.

A boa notícia, segundo aquela instituição internacional financeira, é que embora as más políticas possam exacerbar o impacto negativo das alterações climáticas, as boas políticas podem ajudar a neutralizá-lo. “Algumas regiões poderão ver as suas taxas de crescimento aumentar até 6% com melhores práticas de gestão dos recursos aquáticos”, salienta o estudo.

6%

Várias economias poderão ter as suas taxas de crescimento descer 6% por causa das alterações climáticas.

MEMORIZE

- Em 2050, muitas economias mundiais, incluindo onde se insere a angolana, poderão ter quedas de crescimento por causa da falta de água e de energia, das cidades cada vez maiores e por causa de seca que ameaça ser extrema.

POBRES MAIS AFECTADOS

Os autores do relatório recordam que os impactos da má gestão da água são particularmente sentidos pelos mais pobres, que têm maior probabilidade de depender de agricultura alimentada pela chuva e de viver em zonas mais susceptíveis a inundações, estando também mais vulneráveis ao risco de águas contaminadas e saneamento inadequado.

As mudanças na disponibilidade da água podem também induzir as migrações e incendiar conflitos civis, devido ao impacto que têm nos preços dos alimentos e no crescimento económico, lembram ainda. “É por isso que a gestão da água será crucial para o mundo alcançar os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e as aspirações a uma redução da pobreza e a uma maior prosperidade partilhada”, le-se no relatório. “A água é a moeda comum que liga quase todos os ODS”, escrevem os autores, numa referência aos objectivos definidos em 2015 pela comunidade internacional.

Optimizar a utilização da água com melhor planeamento e incentivos, expandir a quantidade e disponibilidade de água, sempre que possível, e reduzir o impacto dos extremos, da variabilidade e incerteza são as três propostas do BM para uma melhor gestão do ‘precioso líquido’.



ECOTURISMO

A aposta deve ser na vida selvagem

Os investidores nacionais e estrangeiros interessados em desenvolver projectos em áreas protegidas, no âmbito da promoção do ecoturismo em Angola, deverão contribuir para o repovoamento da vida selvagem. Segundo o Programa Nacional para a Concessão de Áreas para o fomento do ecoturismo nas áreas protegidas, elaborado pelo Ministério do Ambiente, em parceria com o da Hotelaria e Turismo, “esta medida serve para promover a sustentabilidade da fauna, promoção de empregos e formação profissional”.

O programa acrescenta que a “rentabilidade do ecoturismo, em conformidade com as normas e legislação é outro objectivo que se pretende com a iniciativa”.

O programa foi elaborado no âmbito da diversificação da economia e refere que os investidores poderão desenvolver-se nas áreas protegidas num perímetro de 30 até 50 hectares, com complexos turísticos e infraestruturas de apoio.

Os dois ministérios identificaram mais de 37 áreas protegidas para o fomento do ecoturismo. Constatam da lista das áreas protegidas para o fomento do ecoturismo, as quedas de Kalandula, reserva florestal do Golungo Alto, Rio Cuito, Vale do Lodge do Ambriz e as zonas húmidas do Dirico na Bacia do Kubango/Okavango, entre outras.

Educação & Tecnologia

EMPRESA CHINESA FAZ PROPOSTA OUSADA

Drones para transportar órgãos humanos

Quem anda atento às novidades do mundo das tecnologias sabe que a empresa chinesa de drones Ehang é ousada. Depois de apresentar o drone que pode transportar um passageiro humano até 16 quilómetros sem piloto, a companhia decidiu inovar e apresentar propostas para adaptar o modelo para o transporte de órgãos para transplantes em situações de emergência.

O projecto está a ser desenvolvido em parceria com a Lung Biotechnology PBC, que vai adquirir mil modelos autónomos para o serviço de transporte de órgãos em casos de urgência. A parceria tem previsão para durar 15 anos e funcionará com



Exemplo de um drone usado na captação de imagens

a execução de voos pré-programados para hospitais. Os aparelhos pretendem contar com um equipamento especial que manterá os órgãos em condições viáveis para o transplante.

Martine Rothblatt, CEO da Lung Biotechnology PBC, afirmou que o sis-

tema possibilita “não só salvar milhares de vidas, mas também a economia de milhões de litros de gasolina por ano para a empresa”. Lung declarou ainda que a implantação dos drones pode inclusive “contribuir para a sustentabilidade do planeta”.

Ainda não há uma data para o início dos voos, mas a expectativa é de que o trabalho tenha início em breve. Os ‘amantes’ das tecnologias já especulam sobre o uso de drones.

‘DRONE-AMBULÂNCIA’

Além da empresa chinesa, Alec Momont, estudante da Universidade de Tecnologia na Holanda, anunciou, em 2014, um drone-ambulância para o transporte de desfibrador onde quer que seja a ocorrência. Na altura, o estudante tinha previsto o tempo de sobrevivência de uma vítima de paragem cardíaca até dez vezes.

Distribuídos pelos principais pontos de uma cidade, os aparelhos seriam comandados pelo centro de atendimento das ambulâncias. Assim que um paciente precisasse de ajuda, tanto o drone quanto os profissionais médicos seriam enviados

ao local. Segundo o projecto, seriam necessários 15 mil euros, por ano para manter um ‘drone - ambulância’, mas Momont acredita que é um “preço baixo se pensarem na quantidade de vidas em jogo”.

UTILIDADE DOS DRONES

O drone é um equipamento capaz de voar e é manobrado através de um controle remoto. Nos últimos tempos, têm despertado a atenção de todo o mundo, por causa das suas capacidades. Os aparelhos são equipados para resistir a vários tipos de trabalhos, incluindo os mais pesados e também em ambientes de difícil acesso.

Os drones são muito usado pelos serviços militares e vigilância, mas também para festas e no futebol. Os aparelhos também podem ser usados por fotógrafos, cineastas e para resgates e limpeza de materiais tóxicos.

PUB

O TALENTO VAI BRILHAR MAIS ALTO NA SUA TV

DStv

A DIVERSÃO MORA AQUI



COM TATIANA DURÃO
TODOS OS SÁBADOS
ÀS 21H15 NA BANDA TV,
UM EXCLUSIVO DStv.

CANAL
519

banda
tv

437 88
923 12 00 00
226 69 89 89

dstv Angola@ao.multichoice.com
www.dstv.com

Twitter: dstv_angola
Instagram: dstv Angola
www.facebook.com/DStvAngola

Marcas & Estilos

Formatos decantados

Com este decantador de feitio e contorno singulares, o vinho jamais irá escapar ao sabor excepcional reconhecido pelos melhores provadores. É uma peça em que muito se gasta para que cada gole seja sempre ímpar. Este decantador dá-lhe a certeza de que a próxima garrafa será ainda melhor.

Rolando na modernidade

Foi pensando em unir o útil ao agradável que a Samsonite e a Micro Mobility se juntaram para criar a Trolley Scooter, uma patinete que vai ajudá-lo a transportar a sua bagagem em grande estilo e com muita diversão.

Privacidades perfeitas

Esta exclusiva mesa-de-cabeceira reserva-lhe um compartimento discreto que se abre em menos de um segundo, e oferece-lhe espaço suficiente para guardar pertences valiosos. O esconderijo perfeito.

Nem mais, nem menos

A função cronométrica, o movimento automático, o tamanho, a qualidade inoxidável em metal escurecido, garantem a este Luminox um tempo bem aproveitado. Pode ser usado dentro de água.

Para dedos reluzentes

Não tem como este anel de 12 quilates de diamante negro não chamar à atenção e interesse. Revestido com 3.67 quilates de diamantes brancos, sobre 14 quilates de ouro amarelo de sol, este anel caracteriza o exemplo real de raridade irrepitível.

Mergulhos clássicos

A 'Bicolore Hybrid One Piece' apresenta a 'Ephemera', as duas mais recentes peças de banho num único estilo. Assemelha-se a um fraque com alguns toques desportivos e ajusta-se com uma mistura de licra preta e branca. É um fato de banho de luxo, inspirado em estilos parisienses e australianos.



BUDAPESTE

Duas cidades, uma única atracção

Nasceu pela junção de duas cidades, separadas por um rio: Buda, fundada pelo Império Romano, e Peste, dos húngaros que lutavam contra os romanos. Pelo meio, o Rio Danúbio dá-lhe hoje uma imagem de harmonia, beleza, equilíbrio e romantismo. Como já esteve sob domínio otomano, Budapeste mistura o classicismo europeu com as tradições, da gastronomia a monumentos da cultura muçulmana.

São esses dois lados que compõem as maiores atracções de Budapeste: estradas e pontes romanas, edifícios de inspiração religiosa, católica, ortodoxa e islâmica, prédios e casas desenhados por turcos.

Também há quem chame à cidade a 'Paris do Leste', devido aos inúmeros teatros, à ópera, a agitação cultural que sempre foi uma marca da Hungria, tanto no antigo regime socialista, como agora como membro da União Europeia. Budapeste é também conhecida como a 'Cidade da Água', por causa das águas termais e medicinais.

Toda a cidade está bem planificada e organizada, em que todas as ruas convergem para o Danúbio. Isso permite fazer turismo sem grandes dificuldades pelos 23 bairros identificados pela numeração romana. O parlamento húngaro é considerado o edifício mais bonito de toda a Hungria. Está sempre iluminado, causando um efeito de postal que faz brilhar toda a cidade.

O cerco de Budapeste em 1944 dizimou a arquitectura e a Ponte das Correntes pela segunda vez na história (antes foi na primeira guerra de 1914-18). Hoje, o Bairro V de Belváros ainda conserva a estátua de Imre Nagy, morto durante a invasão soviética, observando o Parlamento, que fica a cerca de 50 metros do Monumento ao Exército Vermelho. Este, por sua vez, simboliza a libertação de Budapeste pelos soviéticos no fim da Segunda Guerra Mundial.

No bairro do Castelo, é possível visitar o Baluarte dos Pescadores, a Igreja de São Mateus, o Museu de História de Budapeste, a Galeria Nacional, o Palácio Real, várias lojas de antiguidades, o Café Miró, o Hotel Hilton, mas... não existe qualquer castelo. E tem a melhor vista sobre o outro lado, a Peste.

ONDE DORMIR

Há mais de 80 hotéis, entre grande e pequenos, em toda a cidade. Os preços, por cada noite e por pessoa, variam entre os cinco dólares e as centenas para quem prefere e pode pagar luxos.

COMO IR

De Luanda, não há voos directos. A alternativa é passar por uma escala, em Lisboa, Paris ou Londres. A viagem pode custar entre os 1.600 e os dois mil dólares.

“Gostava que se valorizasse mais o trabalho do jornalista. O jornalista em Angola vive muitas dificuldades. Muitos pensam que é um ‘mar de rosas’, mas nunca foi.”

“Os jovens devem trabalhar para informar e fazer da rádio, da televisão ou dos jornais um emprego digno e não um sítio para passar intrigas, boatos, ou mentiras.”

KIM FREITAS, RADIALISTA E ESCRITOR DE LIVROS INFANTIS

“A notícia não se inventa”

ENTREVISTA. Em 26 anos, Kim Freitas pensa que ainda não fez o suficiente, apesar de ter produzido sete discos infantis e dois livros sobre educação sanitária. O responsável do programa infantil ‘Kaluanda-piô’ procura apoios para outros projectos de educação para crianças.

Por Amélia Santos

Já se sentiu alguma vez desconfortável a informar?

Nunca me senti desconfortável. É preciso sempre levar algum conforto ao ouvinte. É preciso levar a informação que o ouvinte não recebe em casa, na escola, na igreja e no serviço. A rádio tem de ser diferente, para não se tornar monótona.

Em 26 anos tem boas histórias para contar...

Desde que comecei a minha carreira tenho procurado ser bastante profissional e imparcial. É uma grande satisfação poder educar as crianças e orientá-las para uma vida mais positiva. Tenho milhares de histórias, umas tristes, outras lindas. Até hoje choro quando vejo uma criança na rua, os chamados ‘meninos de rua’.

Como surgiu o programa ‘Kaluanda-piô’?

O ‘Kaluanda-piô’ surgiu a 17 de Dezembro de 1987 e foi criado por profissionais da Rádio Luanda. Surgiu para servir exclusivamente as crianças de Luanda, porque na altura já existia o ‘Rádio-Piô’ (1983) que servia as crianças de Angola inteira. Só entro para o ‘Kaluanda-piô’ em finais de 1989 e passo a coordená-lo em finais de 1990.

Em quem se se inspira?

A inspiração vem de forma natural. Na minha infância, li muito. Pelo menos, lia um bom livro por semana. Via muitos filmes. Sonhava de facto ser educador, sonhava transmitir alguma coisa que lia.

O que o motivou a acreditar?

A carreira foi fluindo. Hoje, cerca de 30 anos, penso que ainda não fiz absolutamente nada, apesar de ter produzido sete discos infantis, escrito dois livros, realizado palestras em várias escolas e promovido mais de 200 espectáculos infantis.

Que conselhos daria a quem sonha viver da comunicação?

A comunicação deve ter a capacidade de educar e instruir. Deve informar e formar. Deve exercer grande pressão de socialização do angolano. Os jovens devem trabalhar para informar e fazer da rádio, da televisão ou dos jornais um emprego digno e não um sítio para passar intrigas, boatos, ou mentiras. Uma notícia não se inventa. Ela tem de ter bases, fontes, porque uma notícia é indelével!

Como vê os próximos anos?

Gostava que se valorizasse mais o trabalho do jornalista. O jornalista em Angola vive muitas dificuldades. Muitos pensam que é um ‘mar de rosas’, mas nunca foi. É uma profissão que exige sacrifícios.



Santos Samuêsa © VE

cia. Não adiemos isso para daqui a 20 anos..

Teve uma vida profissional fácil?

Nenhuma vida profissional é fácil. O grande segredo é fazê-la com satisfação e isenção. Mas tenho tido algum sucesso.

E a que atribui isso?

À humildade e uma gestão cautelosa de conflitos.

Imagina-se a trabalhar noutro meio que não seja a rádio?

A mim é indiferente, rádio, jornal ou televisão. Já colaborei com o Jornal de Angola e com a TPA.

Ainda temos cantores infantis como nos anos 1980 e 1990?

Ainda andam por aí os grandes mestres neste campo como Luísa Fançonny, Filipe Zau, Alice Berenguel, Eduardo Paim, Rosa Roque, Chico Madne, Dionísio Rocha, Fernando Nogueira, Marito Furtado. Agora até é mais fácil, temos muitos estúdios.

O que deve ser feito?

O canto coral deve voltar às escolas, às igrejas. Devemos criar os prémios da música infantil e do disco infantil. Resgatar o folclore. As crianças têm de aprender as cantigas de roda nacionais. Os festivais da canção devem andar por todo o país.

É fácil produzir para crianças?

Nenhuma obra artística de criação é fácil. É preciso ter alguma sensibilidade, gostar do belo, do maravilhoso e estar em ‘dia sim’.

Que outros projectos tem?

Edição e massificação do livro infantil sobre a educação sanitária, produção e edição do disco infantil com a realização de festivais, promoção de palestras sobre a qualidade de vida a crianças e adolescentes. As pessoas esquecem-se que temos de educar os pequenos para que amanhã sejam adultos responsáveis e não deixem tanto trabalho a sociedade. Não podemos criar marginais.

PERFIL

Nome completo:

Joaquim Pedro de Freitas

Estado civil: casado

Livros publicados: ‘A mensagem do Kaluanda-Pio na prevenção do paludismo, polio e dengue’ e ‘A Mensagem do Kaluanda-pio na prevenção da dor de dente, cárie dentária, gengivite, halitose e outras doenças da boca’.

Filhos: 5

Hobby: ler, escrever, ver filmes, fazer rádio, viajar

Que projectos tem?

Continuar a escrever livros sobre a educação sanitária, produzir discos infantis, ter a sorte de alguém apoiar para criarmos o prémio do livro infantil ‘ndenguelândia’, continuar a realizar palestras sobre a qualidade de vida.

Pensa lançar mais livros?

Se dependesse de mim lançava ainda este ano. Aqui em Angola os apoios para projectos e programas infantis estão relegados para terceiro plano. Precisamos dar a atenção merecida à nossa criança. Precisamos formar a sua consciên-

NÚMEROS DA SEMANA

45,8

Milhões de dólares é o valor do crédito mal parado do Banco Sol, até 23 de Março de 2016, revelou o presidente da instituição, Coutinho Nobre Miguel.

26

É o número de projectos industriais e agrícolas que o programa 'Angola Investe' financiou, na Huíla, desde 2012.

400

Milhões de dólares é o valor que o grupo Contidís pretende investir na rede de hipermercados Candando, cuja primeira superfície será inaugurada amanhã, terça-feira.

20

Mil toneladas de farinha de peixe é o que a unidade industrial de farinha de óleo de peixe, inaugurada a semana passada, no Namibe, prevê produzir.

LINHA DE CRÉDITO DA CHINA

Angola corta despesas para construção de escolas



O Governo abriu um concurso para construir 12 escolas, de vários tipos, que deverão ser executadas por empresas chinesas, por estarem inseridas na Linha de Crédito da China (LCC).

O procedimento foi aberto por despacho presidencial, no final de Abril, envolvendo a construção de quatro escolas de formação de professores e oito institutos médios politécnicos. Contempla também a reabilitação de uma escola do

magistério primário e a conclusão da construção de uma escola primária, com 16 salas.

O documento não adianta valores, mas as escolas identificadas coincidem - embora em menor número face ao programa conhecido desde Janeiro - com as que constam do plano operacional da LCC. Globalmente, esta linha vai financiar 155 projectos em Angola, com 5,2 mil milhões de dólares.

O plano inicial previa que

empresas chinesas construíssem em Angola, por 373 milhões de dólares, mais de meia centena de escolas, para servir 49.140 alunos.

Financiado pela linha concedida pela China ao Estado, este plano de investimento prevê igualmente a construção de institutos.

O plano original previa a construção, em 15 meses, os institutos médios politécnicos 17 de Dezembro (Luanda), do Calai (Kuando Kubango), do Chitembo (Bié), do Cuilo (Lunda-Norte), do Ebo (Kwanza-Sul), do Ecuinha (Huambo), de Icolo e Bengo (Bengo), de Maquela do Zombo (Uíge), do Soyo (Zaire) e do Tômbwa (Namibe).

Acresce a construção de nove escolas de formação de professores, a distribuir por Saurimo (Lunda-Sul), Caculama (Malanje), Lucapa (Lunda-Norte), Menongue e Nancova (Kuando Kubango), Quiçama (Luanda), Moxico e Uíge.



Lei do investimento nos EUA

A Agência para a Promoção do Investimento e Exportação de Angola (Apiex), divulgou, em Los Angeles, EUA, a nova Lei do Investimento Privado. O documento foi apresentado pelo administrador da Apiex, António Henriques, que destacou os incentivos e os sectores prioritários de investimento.

O cônsul geral de Angola, Martinho Codo, afirmou que tem facilitado o reforço económico e a cooperação entre Angola e os EUA, além de promover projectos de investimento e trocas comerciais, aproveitando os benefícios do Acordo Quadro de Comércio e Investimento (TIFA) e da Lei para o Crescimento e Oportunidade de África (AGOA).

O evento foi realizado no quadro dos 90 anos de um programa, designado 'Pequeno-almoço de Gala', alusivo à abertura da 'Semana Mundial do Comércio' (World Trade Week), organizado pela Câmara de Comércio da região, que decorreu de 3 a 6 deste mês.

NA MARGINAL DE LUANDA

Museu da Moeda inaugurado

O primeiro Museu da Moeda, uma iniciativa do Banco Nacional de Angola (BNA), foi inaugurado na sexta-feira. O museu reúne num único espaço a história de Angola contada a partir da evolução da moeda.

Localizado na marginal de Luanda, o empreendimento ocupa uma área bruta de 95 mil metros quadrados e tem algumas infra-estruturas no subterrâneo.

A inauguração foi feita pelo Presi-

dente da República, José Eduardo dos Santos, e pelo governador do BNA, Valter Filipe da Silva. A estrutura arquitetónica é de autoria do projectista Alexandre Lopes da Costa.

As obras do Museu da Moeda tiveram início em Janeiro de 2013 e foram aprovadas em Conselho de Ministro, em Abril de 2011, com o objectivo de preservar o património histórico e a cultura. O museu está ladeado pelas torres Kianda

com 12 pisos para escritórios e uma galeria comercial.

Do zimbo ao kwanza, passando pelo sal, cobre e sisal, incluindo os reis, o angolano e o escudo fazem a história da moeda do país, desde o Reino do Congo à actual República. A história da moeda nacional está reunida num espaço de exposição permanente, com outros artefactos, além da arquitetura chamativa do edifício.

O VALOR ESTA SEMANA

COMPANHIA DEIXA LUANDA Ibéria pára em Junho

O caso da Ibéria, que anunciou a retirada do espaço aéreo nacional, poderá não ser único. Analistas acreditam que a actual crise cambial que o país atravessa poderá levar a que mais companhias desistam de operar no mercado nacional. As operadoras queixam-se de haver cada vez menos passageiros.
pág. 18

SUBSÍDIOS AOS COMBUSTÍVEIS Produtores pedem regras

O Governo prometeu a atribuição de subsídios aos combustíveis aos sectores das pescas e da agricultura, mas não avançou quais serão as regras. O VALOR ouviu associativistas que sugerem às autoridades as formas de se evitar oportunismo. Uma delas passa por credenciar os beneficiários meritórios.
pág. 12



INVESTIMENTO PRIVADO Mudanças precisam-se

Várias críticas sucedem-se sobre o "difícil" clima de negócios no país, apesar da aprovação de uma nova lei no ano passado e de um novo quadro institucional. Empresários ouvidos pelo VALOR identificam os principais males nos investimentos e explicam as consequências.
pág. 4 a 9